CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA (UNIALFA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MDR)

Johnathan Tarley Alga dos Reis Rodrigues

SEGURANÇA CIDADÃ:
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA PELO PODER LOCAL

GOIÂNIA
2017

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA (UNIALFA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MDR)

Johnathan Tarley Alga dos Reis Rodrigues

SEGURANÇA CIDADÃ:
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA PELO PODER LOCAL

Dissertação apresentada no Programa de Pós – Graduação Stricto Sensu / Mestrado em Desenvolvimento Regional - MDR, do Centro Universitário Alves Faria - UNIALFA, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Profª. Orientadora: Drª Cintia Neves Godoi

Linha de Pesquisa: Análise e Políticas de Desenvolvimento Regional

GOIÂNIA
2017

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA (UNIALFA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MDR)

Johnathan Tarley Alga dos Reis Rodrigues

SEGURANÇA CIDADÃ:
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA PELO PODER LOCAL

Dissertação apresentada à Coordenação do Mestrado em Desenvolvimento Regional para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em: 18 / 12 / 2017.

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dra. Cintia Neves de Godoi
Orientadora

_____

Prof. Dr. Luis Antônio Vilalta
Professor Leitor

_____

Prof. Dr. Edilson Divino de Brito
Professor Leitor

GOIÂNIA

2017

AGRADECIMENTOS

Na realização deste árduo trabalho, agradecemos antes de tudo, ao nosso maravilhoso Deus, que com sua graça e bênçãos misericordiosas, permitiu que fosse possível esta conquista, rogando que Ele nos conceda sempre a sabedoria da Tua mente, a coragem de Teu coração, a força de Teus braços e a proteção de Tuas mãos.

Ainda, agradeço à minha esposa Jacqueline Emídio S. Rodrigues, pelo apoio e compreensão nos momentos em que tivemos que nos ausentar do nosso lar e sacrificar algumas despesas materiais para que esse sonho fosse possível.

Também agradeço aos meus pais – Ademar Rodrigues Carneiro e Vandir dos Reis Rodrigues, pessoas simples, mas que sempre nos direcionaram e conduziram para o caminho da honestidade e do aperfeiçoamento como pessoa de bem.

Por fim, agradecemos a minha orientadora Prof. Dra. Cintia Neves Godoi, ao Prof. Msc. Aurélio Trancoso, ao amigo Anderson de Oliveira e demais professores e alunos do MDR da UNIALFA, que me ajudaram a ter uma visão ampliada de mundo, que Deus abençoe a todos.

"Tempo virá.

Uma vacina preventiva de erros e violência se fará.

As prisões se transformarão em escolas e oficinas.

E os homens imunizados contra o crime, cidadãos de um novo mundo,

contarão às crianças do futuro estórias absurdas

de prisões, celas, altos muros, de um tempo superado."

Cora Coralina

RESUMO

A sociedade contemporânea é marcada por discussões sobre o papel das políticas públicas como instrumentos para atender às demandas da sociedade, que busca respostas e soluções no enfrentamento a diversos problemas, dentre eles o da violência urbana. Este problema exige medidas urgentes e imediatas, mas que devem ser implementadas de maneira racional e consciente, ultrapassando as questões superficiais e o viés da repressão, para uma discussão mais profunda e efetiva sobre a importância de políticas públicas de enfrentamento às causas, e não apenas às suas consequências. Assim, este trabalho se justifica por contribuir com o debate acerca das políticas de segurança, com o foco nas políticas públicas de Segurança Cidadã, que tratam o problema como fenômeno multicausal, e direciona o enfrentamento à violência por meio de ações preventivas, adotadas especialmente no âmbito local. Neste sentido, o trabalho se delineou a fim de analisar a sensação de segurança em Goiânia e, reunir elementos para uma matriz de eixos de intervenções para a Gestão Municipal coerentes com a ideia de Segurança Cidadã. Para tanto, foram reunidos elementos teóricos, conceituais a respeito das diferentes ideias acerca do tema da Segurança vinculado à cidadania, e foi utilizada para análise, uma pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisas Econômicas e Mercadológicas – CEPEM/UNIALFA, sobre a qualidade dos serviços prestados no âmbito do munícipio de Goiânia que corroboram para a sensação de insegurança da comunidade. Posteriormente, foram apresentados os principais elementos que devem ser considerados para apoiar programas de políticas públicas para Gestão Municipal, que estejam relacionados com a perspectiva da Segurança Cidadã.

Palavras-chave: Violência. Políticas Públicas. Segurança Cidadã. Gestão Municipal.

ABSTRACT

A contemporary society is marked by discussions about the role of public policies as tools to meet as demands of society, which seeks answers and solutions without coping in various problems, among them the problem of urban violence. This problem requires urgent and immediate measures, going beyond the superficial and viatical issues of police repression, to a deeper and more effective discussion of the importance of public policies to address the causes and not just the consequences of this social problem. Thus, this work is justified by contributing to the debate on security policies, with a focus on public policies of citizen security, which treat the problem as a multicausal phenomenon and direct the confrontation to violence through preventive actions, adopted especially without groups local. Research on measures to reduce risk factors and violence in Goiânia that are consistent with the idea of Citizen Security. What is what is what is what is what is a problem? feelings of insecurity. And, through the profile of the author who is an officer of the Military Police of the State of Goiás, a bachelor in Law, a specialist in Public Policy and Community Policies, through theoretical and conceptual studies, access and analysis of research data, support to the thought of Public Security for Goiânia in a way related to the ideas of Citizen Security.

Keywords: Violence. Public Policies. Citizen Security. Municipal Management.

LISTA DE ABREVIATURAS

AISP – Áreas integradas de Segurança Pública

ALFA – Faculdades Alves Faria

CEPEM – Centro de Pesquisas Econômicas e Mercadológicas

CODI – Centro de Operações de Defesa Interna

COMURG – Companhia de Urbanização de Goiânia

CONSEGs – Conselhos Comunitários de Segurança

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil

CRISP – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais

GGIM – Gabinete de Gestão Integrada Municipal

GLO – Garantia da Lei e da Ordem

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MDR – Mestrado em Desenvolvimento Regional

MJ – Ministério da Justiça

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano

RISP – Regiões Integradas de Segurança Pública

SEINFRA – Secretaria Municipal de Infraestrutura de Goiânia

SMT – Secretaria Municipal de Trânsito de Goiânia

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SNI – Serviço Nacional de Informações

SUSP – Sistema Único de Segurança Pública

SSPAP – Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNIALFA – Centro Universitário Alves Faria

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Segurança na Constituição Federal de 1988 20
Quadro 2 – Modelo tradicional de polícia e o modelo de Polícia Comunitária 22
Quadro 3 – Esquema geral das relações da cidade, população e segurança urbana 33
Quadro 4 – Perfil da renda da população de Goiânia 36
Quadro 5 – Percentual que já foi vitima de crimes 36
Quadro 6 – Percentual dos crimes que já foram vítimas os entrevistados 37
Quadro 7 – Percentual dos entrevistados que registrou Boletim de Ocorrência 37
Quadro 8 – Percentual da razão por que não registrou Boletim de Ocorrência 37
Quadro 9 – Percentual que deixou de sair de casa por medo 38
Quadro 10 – Grau de preocupação em ser vítima de crime 38
Quadro 11 – Motivo de preocupação em ser vítima de crime 39
Quadro 12 – Período do dia de maior receio em ser vítima de crime 39
Quadro 13 – Existe ponto de vendas de drogas em seu bairro 39
Quadro 14 – Existe ponto de consumo de drogas em seu bairro 40
Quadro 15 – Qual tipo de droga 40
Quadro 16 – Principal problema para o aumento da violência no seu bairro 40
Quadro 17 – O seu bairro é bem iluminado 41
Quadro 18 – O seu bairro é bem sinalizado 41
Quadro 19 – Existe redutor de velocidade no seu bairro 41
Quadro 20 – O seu bairro é dotado de faixas de pedestres 41
Quadro 21 – As áreas públicas de seu bairro são conservadas 42
Quadro 22 – Não existem imóveis abandonados no seu bairro 42
Quadro 23 – Bairro conta com espaços para prática de esporte e lazer 42
Quadro 24 – Grau de preocupação em ser vítima versus região que reside 43
Quadro 25 – Sinopse de medidas que melhoram a sensação de segurança 43
Quadro 26 – Sinopse da intervenção em nível local 52
Quadro 27 – Exemplo de soluções de problemas com ferramentas de gestão 53
Quadro 28 – Comparativo de soluções de problemas pelas perspectivas das visões de segurança 54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

1 VISÕES DA SEGURANÇA NO BRASIL 16
1.1 VISÃO DA SEGURANÇA NACIONAL 16
1.2 VISÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA 18
1.3 VISÃO DA SEGURANÇA CIDADÃ 23

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E A VISÃO DE SEGURANÇA CIDADÃ 28
2.1 A DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS 28
2.2 AS POLÍTICAS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA CIDADÃ 29

3 METODOLOGIA 34

4 ANÁLISE DE PESQUISA SOBRE SENSAÇÃO DE SEGURANÇA 36

5 INTERVENÇÕES EM NÍVEL LOCAL 45
5.1 PLANEJAMENTO 46
5.1.1 Identificação do problema (diagnóstico) 46
5.1.2 Análise e definição de parceiros 47
5.1.3 Definição de estratégias, metas, indicadores e plano de ação 48
5.2 EXECUÇÃO 49
5.2.1 Repressão Qualificada 49
5.2.2 Intervenção Ambiental 50
5.2.3 Prevenção Primária 51
5.3 MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO 51

CONCLUSÕES 55

BIBLIOGRAFIA 57

APENDICE A – QUESITOS DA PESQUISA 61

APENDICE B – PESQUISA SOBRE SENSAÇÃO DE SEGURANÇA (CEPEM) 63

INTRODUÇÃO

Nosso país passa por um momento em que, além de problemas de ordem política e moral, a violência e sensação de insegurança tomam conta do quotidiano e ganham amplitude nos noticiários em decorrência dos altos índices de violência, especialmente pela prática de roubos e homicídios, muitas das vezes praticados por jovens, e apontados como problemas decorrentes do uso e tráfico de drogas.

Assim, de forma superficial, precipitada e com a finalidade de atender ao clamor social, questões como o aumento do efetivo policial e a atuação mais repressiva das forças policiais; endurecimento da legislação penal; redução da maioridade penal e maior encarceramento, são apresentadas como medidas que, para o senso comum, irão reduzir de imediato a violência em nosso país.

Porém, a sociedade brasileira encontra-se com graves problemas sociais que carecem de uma análise aprofundada, pois são situações contemporâneas do país e que devem ser levadas em consideração no tocante ao aumento da violência, tais como: desemprego; desigualdades econômicas e sociais; comunidades expropriadas; moradias inadequadas; falta de infraestrutura e serviços básicos; falta de qualidade no ensino e lazer; relações familiares e interpessoais fragilizadas; violências em todas as esferas de convivência e o profundo descrédito nas autoridades públicas.

Diante do que, com a complexidade do problema, esta questão não pode ser resolvida com a atuação exclusiva das forças de segurança pública, pois por mais que as discussões suscitadas e disseminadas pela opinião pública focalizem apenas no aparato policial, fica cada vez mais evidente a incapacidade destas forças em conter a violência urbana.

E este cenário, em grande parte, não resulta da ineficiência das forças policiais ou da falta de vontade dos milhares de homens e mulheres que doam sua vida para proteger a sociedade brasileira, muitas das vezes, ganhando baixos salários e com jornadas excessivas de trabalho.

Pois, em que pese à alegação de que os motivos dessa ineficiência ou incapacidade, com foco em uma visão apenas repressiva, sejam a insuficiência de recursos humanos e materiais das forças policiais, ressaltamos a necessidade de ampliarmos a discussão e compartilharmos responsabilidades, especialmente através da participação do poder local (Municípios).

Então, fica evidenciada a importância deste trabalho: “Segurança Cidadã: enfrentamento à violência pelo poder local”, visto que além da pertinência da discussão sobre uma nova visão de Segurança, o objetivo principal é analisar a sensação de segurança em Goiânia e sua coerência com a ideia de Segurança Cidadã, para reunir elementos para uma matriz de eixos de intervenções para a Gestão Municipal que tenha um viés que não seja focado em contenção de violência pelas forças policiais.

Os objetivos específicos se apresentaram como: analisar as ideias de Segurança Cidadã; analisar dados acerca de Segurança Pública e sensação de segurança em Goiânia-GO; propor elementos que abarquem as ideias de Segurança Cidadã para apoiar políticas públicas e a gestão municipal.

Para Mônica Gamboa (2013), a violência não é somente um problema da polícia e os esforços no seu combate não devem ser direcionados somente ao infrator, visto que não se pode discutir sobre enfrentamento a criminalidade sem falar sobre prevenção, pois a melhor forma de se enfrentar ou diminuir a criminalidade é alcançando o crime em suas causas, suas origens e não em suas consequências.

Neste sentido, prevenção tem origem no latim “*praenventione”,* que significa evitar riscos, e segundo Amora (1997) traduz-se em prever, precaver ou impedir, de maneira que, a prevenção trabalhada em nosso estudo parte do entendimento direto da necessidade de ações compartilhadas, materializadas por meio de intervenções de diversos atores e agentes públicos, para evitar que a paz e tranquilidade pública sejam perturbadas.

Essa perspectiva de ações compartilhadas de órgãos e agentes públicos permite a transição do foco da violência do campo das polícias para as políticas públicas, como a relação ou binômio entre as demandas da comunidade e as entregas de bens e serviços públicos que diminuam as vulnerabilidades e fatores de risco para ocorrência de crimes, e também contribuam para a melhoria da sensação de segurança da comunidade.

Tal como na área da saúde, o conceito de fator de risco da Organização Mundial da Saúde (OMS, 1988), é definido como todas as características ou circunstâncias que acompanham um aumento de probabilidade de ocorrência do fato indesejado, ou seja, no campo da segurança seria qualquer situação que aumente a probabilidade de ocorrência de um crime.

Neste aspecto, as políticas públicas de prevenção à violência, em especial, devem ser destinadas a prestar atendimento àqueles que estejam em situação de risco, desvantagem e vulnerabilidade social, pois nestes ambientes, as comunidades possuem

o cenário perfeito para o desencadeamento da violência, especialmente para o ingresso de crianças e adolescentes no mundo do crime, pois se observa que as estratégias de enfrentamento à violência com viés preventivo na delinquência juvenil, têm sido muito pouco priorizadas em nosso país.

E o conceito de vulnerabilidade social na Assistência Social, apresenta-se como complexo e multifacetado, em que a vulnerabilidade é uma condição das pessoas e famílias relacionada aos seguintes elementos: a inserção e estabilidade no mercado de trabalho, a debilidade de suas relações sociais e, por fim, o grau de regularidade e de qualidade de acesso aos serviços públicos ou outras formas de proteção social.

E as situações de vulnerabilidade social não prevenida, tendem a tornar-se uma situação de risco. E a definição conceitual de "situação de risco" ou "risco social", no documento do Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF (2012) coloca que as situações de vulnerabilidades sociais podem, se agravadas, transformarem-se em situação de risco e/ou violação de direitos.

Neste viés, Chesnais (1996), afirma que, no Brasil um dos fatores provocadores da delinquência é o fraco controle sobre os jovens, exercido por instituições como a família, a igreja e a escola.

Dryfoos (1990) reconhece que a família e a escola são locais privilegiados para a implantação de programas de prevenção, com a primeira atuando ao longo da infância e a segunda introduzindo alteração do currículo escolar, treinamento de educadores, aconselhamento e trabalho voluntário.

Assim, evidencia-se a importância da prevenção primária, que se materializa através de estratégias que perpassam políticas públicas: na educação, na habitação, no trabalho, na qualidade de vida e desenvolvimento humano, que são estratégias de política econômica, social e cultural, cujo objetivo primário seria oferecer cidadania, melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e a qualidade de vida ao cidadão.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, a base do Índice de Desenvolvimento Humano está no conceito de que o desenvolvimento humano é um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para ser o que desejam, ao contrário da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar.

O desenvolvimento humano tem foco no ser humano, partindo do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

Importante ressaltar que um dos pilares de atuação do PNUD no Brasil, é a redução de vulnerabilidades e promoção da Segurança Cidadã, visto que o conceito de Convivência e Segurança Cidadã oferece novas possibilidades para enfrentar as múltiplas causas da violência, desenvolvendo capacidades para a promoção da cultura cidadã, estimulando a participação comunitária e o controle social no processo, e ainda, reorientando e ajustando ações à realidade.

Neste contexto, temos dentro perspectiva de Segurança Cidadã a materialização do conceito de Cidadania, que para Dallari (2015), expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo, pois quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.

Outro aspecto importante a ser suscitado quando do aprofundamento deste estudo é que o crime não é tido apenas como um fenômeno individual, mas que tem reflexos de natureza ambiental, compreendendo aspectos físicos, estruturais, sociais e culturais da atividade humana, o que nos leva a concluir que os programas de prevenção à violência, devem estar vinculados ao ambiente local.

Em geral, nos núcleos urbanos industrializados, onde se identifica as manchas criminais decorrentes dos registros policiais, constituem-se em áreas muito deterioradas, pobres de infraestrutura, desprovidas de espaços públicos de convivência e com significativos níveis de desorganização social.

Diante da competência funcional dos entes federados, surge então, a necessidade de compartilhamento de responsabilidades com o poder público local, para intervenções direcionadas para estas áreas marginalizadas, por meio de ações de reordenação urbana, melhoria de infraestrutura e oferecimento de serviços públicos no âmbito dos bairros.

Visto que, a prevenção do delito também deve acontecer por meio da infraestrutura, reestruturação física ou urbanização dos bairros, busca-se assim neutralizar os fatores de risco para a ocorrência de crimes, pois grande parte destas intervenções é da responsabilidade da esfera municipal, tal como será apresentado na análise da pesquisa de sobre sensação de segurança deste trabalho.

Assim, conforme definição dos capítulos a seguir, aprofunda-se os estudos sobre a visão atual de Segurança Cidadã, para que sejam adotadas ações, apresentadas no último capítulo, como subsídio às intervenções de políticas públicas por eixos de atuação no âmbito do poder local.

No Capítulo 1 apresentou-se a concepção de Segurança Cidadã como evolução da Segurança Pública, e no Capítulo 2 foram levantados os conceitos de políticas públicas municipais, contextualizando-as com a visão de Segurança Cidadã.

No Capítulo 3 apresentaremos a Metodologia e no Capítulo 04 foi apresentada a análise da pesquisa sobre a sensação de segurança do cidadão residente em Goiânia, diante dos serviços prestados pelo munícipio, e realizada relações entre o que se encontra em referenciais teóricos, o que foi percebido na pesquisa e, o que pode ser proposto para programas de políticas públicas locais.

No Capitulo 05 serão apresentados elementos para subsidiar intervenções por eixos de políticas públicas no âmbito local, como etapas que devem resultar em ações transversais e intersetoriais para contribuir com a redução da violência e melhorar a sensação de segurança. Posteriormente foram apresentadas as Conclusões.

1 VISÕES DA SEGURANÇA NO BRASIL

Neste trabalho, adotou-se uma "Visão Sistêmica", na concepção de Sistema de Peter Senge (1990), segundo o qual significa "colocar junto", ou seja, Sistema é um todo percebido em que os elementos estão juntos porque afetam diretamente uns aos outros, ao longo de um período, e atuam para um propósito comum.

O objetivo em destacar as visões de Segurança no Brasil, é identificar diferentes períodos e a visão sistêmica daquele momento, tal como os objetivos dos partícipes da formulação de políticas públicas e os resultados advindos para a sociedade.

Assim, reforçamos a concepção de que as iniciativas no campo da segurança têm sofrido variações significativas quanto aos seus objetivos e estratégias ao longo das últimas décadas, sendo que tais variações decorrem das visões conceituais de cada época que subsidiam as iniciativas desta área tão essencial ao bem estar do cidadão de bem.

Porém, apesar de uma visão não ser uma política pública, mas sim crenças, valores e costumes, ela pode influenciar ou indicar tendências, que orientam uma comunidade e até mesmo o governo, sendo assim podem até mesmo ser determinantes no processo de formação das políticas de segurança em determinado momento e localidade.

Neste sentido, realizando um recorte histórico do período da ditadura militar até os dias atuais, podem-se delimitar três visões que se destacam na segurança do Brasil nas últimas décadas, são elas:

- **1964** - **Segurança Nacional**, predominante no período da ditadura militar;
- **1988** - **Segurança Pública**, estabelecida com a promulgação da Constituição;
- **2003 - Segurança Cidadã**, estabelecido por cooperação técnica com o PNUD;

Sendo que, abordaremos a seguir perspectiva de cada uma destas três visões que se destacaram na segurança do Brasil, no intuito de apontar uma evolução histórica que permita uma melhor compreensão da necessidade e importância de difundirmos e aplicarmos a Segurança Cidadã.

1.1 VISÃO DA SEGURANÇA NACIONAL

A concepção sobre a visão da Segurança Nacional permeia os objetivos de proteção dos interesses nacionais, com a defesa do Estado e da Ordem iniciado pela

tomada do poder institucional por meio das Forças Armadas no período da Ditadura Militar (1964-1985), com a figura de um Presidente da República detentor de grande concentração de poder.

Deste modo, a caracterização deste período marcante da história brasileira foi a censura, a perseguição política, a repressão efetiva contra manifestações em desfavor do regime militar e supressão de direitos constitucionais, buscando a submissão plena dos indivíduos aos interesses nacionais, definidos por aqueles que estavam no poder.

Esta visão representa a estratégia da política pública de segurança institucionalizada por meio da criação de serviço de informações e inteligência para identificação de ações que ameaçassem a Ordem e os Interesses Nacionais, mesmo que para isso fosse necessário a criação de instituições responsáveis pela repressão aos atos subversivos.

Então, com essa visão, foi criado um instrumento repressivo conjugado pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) e órgãos de inteligência das Forças Armadas, tal como o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), cuja finalidade era manter de forma eficaz o bloqueio ou a eliminação de qualquer ameaça ou pressão ao Estado de Segurança Nacional (BORGES, 2003).

Neste momento, ficou marcado no regime militar a figura do “inimigo interno”, caracterizado pela identificação do indivíduo que levantasse suspeição de possibilidade de atentar contra a predominante “vontade nacional”.

Os conceitos ou orientações para atuação do Estado na área de segurança neste período tinham por base conceitual a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, estabelecida pela Escola Superior de Guerra (OLIVEIRA, 1976), de maneira que foi moldada na premissa do conceito de Segurança Nacional, quando da busca de um Estado em garantir a proteção dos objetivos nacionais em determinada época.

Assim a concepção de Defesa Nacional associava-se à defesa do Estado e esta foi a regra vigente na primeira Constituição outorgada no regime militar, em 1967, e ainda, por meio de Emenda constitucional, em meados 1969, foi incluído esse princípio ao destaque para as Forças Armadas, com a intenção de defina-las como responsáveis pela execução da política de Segurança Nacional.

Neste contexto, as Forças Armadas consolidaram-se como responsáveis pela salvaguarda e manutenção da vontade nacional, com atuação eminentemente repressiva foram responsáveis por garantir a segurança do país.

Por fim, o paradigma da Segurança Nacional, ficou marcado pela priorização ao combate aos inimigos externos (especialmente ao comunismo), e aos inimigos internos (qualquer indivíduo identificado como subversivo à ordem vigente). Sendo considerada ameaça tudo o que atentasse contra os interesses considerados nacionais e do Estado.

E para a manutenção desta estrutura de poder, justificava-se a adoção de quaisquer meios, mesmo que para isso fosse necessário a supressão ou violação de direitos, de tal forma que a atuação do Estado neste momento foi contundentemente repressiva, por meios das Forças já existentes, e até mesmo através de órgãos especiais criados para este fim.

Por fim, delineado como a primeira visão de segurança em nosso trabalho, a Segurança Nacional, representa o que houve de maior viés repressivo na atuação das forças responsáveis por garantir a política predominante, à época conceituada como Defesa Nacional, e por isso, não há como negar um lastro desta herança no modelo que trataremos à seguir.

1.2 VISÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Após a análise da visão correspondente à ditadura militar, vigente entre 1964 a 1985, temos como marco histórico para mudança de visão na segurança brasileira a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988, que em seu Art. 144, estabeleceu que a Segurança Pública é "*dever do Estado, direito e responsabilidade de todos"*, exercida para a preservação da Ordem Pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meios de instituições policiais criadas para esta finalidade, conforme se segue:

> Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
>
> I - polícia federal;
>
> II - polícia rodoviária federal;
>
> III - polícia ferroviária federal;

> IV - polícias civis;
>
> V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

O texto constitucional neste momento inicia um processo de democratização da Segurança Pública, especialmente pela expressão *"responsabilidade de todos"*, mas em que pese esta afirmação, foram delimitadas atribuições especificas aos seguintes órgãos: Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Ferroviária Federal; Polícias Civis; Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

Fica assim evidente, neste momento, a criação de instituições responsáveis pela aplicação de sanções previstas em normas regradoras, diante da prática de transgressões, ficando à cargo do Estado a detenção do monopólio da força, por meio das polícias.

Neste sentido, De Bueno (1988), o termo "polícia" se estruturou da seguinte maneira:

> O termo polícia inicialmente designava a arte de governar os cidadãos e a ordem ou regulamento de governo para o bem público; posteriormente, passou a ser empregado no sentido de vigilância armada para **repressão de crimes e desmandos do povo.** (grifo nosso)

Mesmo assim, paralelo ao estabelecimento destes órgãos responsáveis pela Segurança Pública, a Constituição de 1988 manteve em seu Art. 142, o papel das Forças Armadas, como responsáveis pela segurança e soberania nacional, pela defesa da pátria e para a garantia dos poderes constitucionais, como se aponta:

> Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente d República, e destina-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Fica notório nestas duas disposições constitucionais que houve uma inovação e tentativa de evolução em relação ao pensamento anterior, porém ao listar os órgãos responsáveis pela Segurança Pública, são mencionadas apenas instituições policiais federais e estaduais, e neste momento, ainda não houve a menção legal ao papel dos demais órgãos governamentais na prevenção à violência, e especialmente, não ficou evidenciada a importância dos municípios e do papel da comunidade.

Com essas mudanças nas formas de se pensar conceitos e responsabilidades, houve a preocupação em diferenciar os papéis institucionais das polícias e do Exército, visto que este detinha a primazia da preservação da Ordem, especialmente quando

referente à ameaças externas à soberania nacional e a defesa da pátria, ficando às policias o encargo do controle da violência no âmbito interno do território nacional.

Desta forma, o Quadro a seguir representa a visão sistêmica dos aspectos relacionados à Segurança Pública na Constituição Federal / 1988.

Quadro 1. Segurança na Constituição Federal.

"SEGURANÇA" NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL		
DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO		**DEFESA NACIONAL**
Estado de Defesa e Sítio	Segurança Pública	Defesa Nacional
Artigos 136 e 137	Artigo 144	Art. 21, III e 142
Atuação das instituições policiais e, excepcionalmente das Forças Armadas.		**Atuação das Forças Armadas**
DIMENSÃO INTERNA		**DIMENSÃO EXTERNA**

Fonte: Martins, João Mário**. Instituição Policial Militar e Segurança Pública**: análise à luz da política jurídica. 2008. 138 f. Dissertação de Mestrado da UNIVALI. Itajai, UNIVALI, 2008.

Nesta nova perspectiva, a Constituição de 1988 inovou a área de segurança através da descentralização administrativa, ao conferir ao Estado a responsabilidade sobre a Segurança Pública, mas neste conceito, limitou sua atuação ao instrumentalizar o paradigma apenas nas forças policiais.

Este modelo atribuiu aos Estados a competência para conduzir a politica de segurança, porém dificultou tanto a definição de programas e planos de segurança com atuação nacional, quanto eximiu a municipalidade de envolvimento da questão, o que trouxe prejuízos, sucessivamente, porque a manifestação da violência não respeita limites, divisas e fronteiras, tal como trouxe prejuízo na condução de políticas públicas de prevenção.

O Governo Federal, em 1997, realizou uma ação importante no sentido de reverter esse quadro ao instituir a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, vinculada ao o Ministério da Justiça – MJ, cuja função precípua seria a definição e aplicação da política nacional de Segurança Pública, assim como acompanhar o trabalho das instituições estabelecidas no Artigo 144 da Constituição Federal.

Deste modo, desde então a SENASP busca a articulação das unidades federativas para a definição de um Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), na tentativa de viabilizar o envolvimento, planejamento e compartilhamento de informações dos três entes federados (União, Estados e Municípios) nas demandas de Segurança Pública.

Neste sentido, o SUSP não tem por finalidade a unificação das forças, apontada como uma das soluções para o Sistema de Segurança, mas busca a integração, reconhecendo que esta preserva a autonomia das instituições e otimiza os resultados.

Por fim, neste momento de redemocratização instituído pela Constituição de 1988, a visão de segurança vigente transfere o controle da violência (interna) das Forças Armadas para aquelas instituições já mencionadas do Art. 144, ficando a cargo das forças policiais a responsabilidade de estabelecer o controle da criminalidade.

Então, houve uma grande evolução e mudança ocorrida, primordialmente pela finalidade das políticas de segurança que deixam de estar voltadas para as ameaças dos interesses nacionais (âmbito nacional), para uma preocupação com a ameaça da integridade das pessoas e defesa do patrimônio (âmbito estadual).

Ainda, em meados do ano 2000, a SENASP contribuiu muito com a evolução e propôs uma estratégia de aproximação da polícia com a comunidade, através da difusão nacional do **Programa de Polícia Comunitária**.

Segundo Trojanowicz e Bucqueroux (1995):

> Policiamento Comunitário é uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre população e polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como o crime, as drogas, o medo do crime, desordens físicas e morais, e, em geral, a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área.

Assim, o Policiamento Comunitário pode ser identificado como uma moderna estratégia das policias, tornando-as compatíveis com a nova ordem constitucional, através da parceria efetiva com a comunidade, rompendo com o policiamento tradicional (Quadro 2), com soluções criativas para equacionar o crime e a desordem.

Quadro 2. Quadro comparativo entre o modelo tradicional de policia e o modelo de Policia Comunitária

QUESTÃO	MODELO	
	POLÍCIA TRADICIONAL	**POLÍCIA COMUNITÁRIA**
O QUE faz o policial eficaz?	Executa a patrulha de rádio atendimento. É eficaz no tempo de resposta e prioriza o atendimento aos crimes sérios.	Realiza uma abordagem ampla de solução de problemas, de forma cooperada com as lideranças comunitárias.
QUEM é o policial?	Um representante da agência governamental responsável pela aplicação da lei. Geralmente o policial é anônimo e não conhece a própria comunidade.	Policiais são aqueles pagos para dar atenção integral a cada cidadão. O policial conhece e é conhecido por sua comunidade.
QUANDO o policial age?	Atua depois do delito, de forma reativa e, geralmente, repressiva.	Atua de forma proativa e, geralmente, preventiva.
QUANTO CUSTA o serviço policial?	Alto investimento público em todo sistema de segurança pública, principalmente nas atividades repressivas, investigativas e prisionais.	Baixo investimento público. São priorizadas as Companhias, os Postos ou Bases de Policiamento Comunitário.
POR QUE o policial age desta forma?	Para resolver crimes.	A prioridade é qualquer problema que perturbe a maioria da comunidade.
ONDE é realizado?	Tem gestão concentrada.	Gestão desconcentrada.
COMO realiza?	Foco na resolução de crimes.	Foco nas causas dos crimes

Fonte: Adaptado de Moreira (2004) *apud* **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária** (2006).

Assim, esta estratégia de policiamento incluiu novas tarefas aos policiais, tais como: trabalhar em postos comunitários, participar de reuniões comunitárias, analisar e resolver problemas dos bairros, realizar visitas e entrevistas pessoais, realizar encontros com lideranças locais, verificar a segurança das residências e comércio local e capacitar a comunidade para não ser uma vítima fácil e ser um fiscal da segurança.

Nesta filosofia de aproximação das policiais com a comunidade, surge a estratégia de criação dos Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEGs, que viabiliza a participação da comunidade de forma organizada por meio de reuniões e projetos que busquem soluções para a diminuição da criminalidade.

Mas o objetivo principal dos CONSEGs é atuar nas causas que resultam estes problemas, agindo como núcleo de ação local, no sentido de demandar os órgãos e setores competentes, tal como atuar como controle social dos serviços prestados, sempre visando a adoção de medidas preventivas junto à comunidade local.

Para o planejamento destas medidas preventivas os CONSEGs usam devem utilizar a metodologia de resolução de problemas, com a finalidade de identificar, priorizar e buscar soluções para os problemas que geram ou acentuam a violência e criminalidade no âmbito dos bairros.

Estas experiências Comunitárias promoveram mudanças, tanto na visão da comunidade em relação às polícias, quanto das polícias em relação ao seu papel, e dos dois atores sociais quanto complexidade dos problemas da Segurança Pública, o que certamente contribuiu para o modelo que apresentaremos a seguir.

1.3 VISÃO DA SEGURANÇA CIDADÃ

A concepção de Segurança Cidadã começa a ter aplicação na Colômbia, em meados de 1995, surgindo então na América Latina como aplicação integral de políticas desenvolvidas por diversos atores no nível local (MARTIN, 2004), destacando-se como efetivo instrumento de realização da prevenção à criminalidade, ganha repercussão mundial.

Em meados de 2003, a SENASP estabeleceu parceria com a ONU, para implementação do "Projeto Segurança Cidadã", por meio de cooperação técnica e financeira entre o Ministério da Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, responsável pelo apoio na implementação da perspectiva da Segurança Cidadã na América Latina.

No relatório da ONU sobre o tema em questão (PRODOC, 2004), destacou:

> Ao início do século XXI, a partir de 2003, o PNUD passa a considerar, entre os fatores determinantes para a retomada do desenvolvimento do país, a questão do enfrentamento à violência e da impunidade. Firma-se então com o Ministério da Justiça o primeiro Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento a partir das melhorias das condições de segurança pública, com recursos de doação.

Assim, as Nações Unidas têm patrocinado a difusão do modelo de Segurança Cidadã no Brasil e em diversos países da América Latina, tais como: Uruguai, Argentina, Paraguai, Colômbia e República Dominicana, com a finalidade de estabelecer uma ruptura com os velhos paradigmas de gestão da segurança baseados

exclusivamente na ação repressiva, quer seja das Forças Armadas ou das Forças Policiais.

Na visão sistêmica da Segurança Cidadã as políticas públicas são articuladas de forma integral, abordando o enfrentamento à violência por meio de ações que vão da prevenção ao controle, tendo como ambiente focal as realidades locais.

Neste modelo, o bairro então adquire o caráter de ser o principal núcleo urbano, como centro de confluência de todas pautas comuns da população de uma cidade, portanto adquire relevância por ser um excelente ambiente para o trabalho de integração comunitária.

> É na escala do bairro que se luta por obras civis, por segurança, por escolas e centros de saúde, transporte e mais lazer. Esta especificidade do bairro torna-o uma unidade politicamente importante [...] (WILHEIM, 1982).

Esta nova visão sistêmica caracteriza-se por possuir duas dimensões: a ameaça à vida e a proteção das vulnerabilidades das possíveis vítimas e dos autores, estando essencialmente relacionada com os direitos humanos elencados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948).

Moraes (2000) retrata o conceito básico de Direitos Humanos como sendo:

> Conjunto institucionalizado de direitos e garantias do ser humano, que tem por finalidade básica o respeito a sua dignidade, por meio de sua proteção contra o arbítrio do poder estatal e o estabelecimento de condições mínimas de vida e desenvolvimento da personalidade humana.

Neste momento, como fruto da modernização do Estado, surgiu assim a exigência de redimensionar a atividade policial, que em sua missão de proteger a ordem jurídica e manter a segurança também deve considerar a dignidade da pessoa humana.

De maneira que, a materialização de um Estado Democrático de Direito, exigiu das forças policiais no Brasil a adequação de uma nova realidade constitucional, a de ser um instrumento de garantia e proteção aos Direitos Humanos.

Esta visão multifacetada e heterogênea das causas da violência defende a atuação do controle na esfera da prevenção, por meio de políticas públicas integradas no âmbito local. Dessa forma, uma política pública de Segurança Cidadã envolve várias dimensões.

Segundo este modelo, são definidas cinco categorias principais de intervenções: as dirigidas ao cumprimento voluntário de normas; as que buscam a inclusão social e a diminuição de fatores de risco (álcool, drogas, armas, etc.); as que têm como propósito a melhoria dos contextos urbanos associados ao medo e ao perigo real (recuperação de espaços públicos); as que facilitam o acesso dos cidadãos a mecanismos institucionais

e/ou alternativos de resolução de conflitos; as que possuem foco na construção de capacidades institucionais, melhoria da eficácia policial e das autoridades executivas ou judiciais e da confiança dos cidadãos em tais instituições (PNUD, 2005).

Em que pese à delimitação deste importante marco histórico, não houve uma imediata adoção de intervenções desta plataforma através de políticas públicas de âmbito nacional, fato que podemos atribuir a duas características do modelo definido em 1988:

Primeiro, na transição da Segurança Nacional para a Segurança Pública, deslocou-se as atribuições das Forças Armadas para as Forças Policiais, com foco no controle da violência por meio da repressão, inicialmente aos atos subversivos e em seguida à proteção da vida e do patrimônio, visando o crime e o infrator.

Segundo, em decorrência da definição de responsabilidade dos Estados na condução das políticas de segurança, apesar do termo de cooperação estabelecido para aplicação da perspectiva de Segurança Cidadã em âmbito nacional, em decorrência da autonomia dos Estados, não foi possível viabilizar uma política homogênea que levasse a discussão e pratica concreta de ações para o campo da prevenção, e o mais grave, os Municípios ainda estão distantes das articulações e ações concretas para o enfrentamento da problemática.

Por tais motivos, nota-se uma grande mudança de visão e até mesmo de conceitos apresentados nos marcos históricos iniciais (Segurança Nacional e Segurança Pública) para a visão de Segurança Cidadã.

Mas, diante da concepção de violência da Segurança Cidadã ter por centro das políticas o cidadão e os fatores que ameaçam a cidadania e convivência, temos por referencial a priorização da prevenção, sem menosprezar as estratégias de controle. Destaca-se que a materialização das ações ocorre de maneira compartilhada entre vários atores, e não apenas pelas forças policiais.

Surge neste marco, a imprescindível noção de divisão de responsabilidades conforme as atribuições de vários órgãos, pois se trata de uma abordagem multisetorial das políticas públicas e dos atores responsáveis, antecipando a pratica e ocorrência de crimes, viabilizando assim a efetiva prevenção.

Reforçamos aqui, a emergente necessidade de romper com a visão de que problema de segurança é única e exclusivamente estadual e com viés repressivo, pois existe sim uma demanda suprimida e um amplo campo de atuação para outras políticas

preventivas, realizadas de forma transversal por setores como educação, esporte, lazer, cultura, etc.

E para que tais políticas setoriais sejam aplicadas, torna-se imprescindível o envolvimento dos municípios e dos cidadãos, pois além da importante atuação das forças policiais, surgem demandas de intervenções por parte do município, que detêm a competência sobre diversas ações e pastas devem participar do processo de edificação de medidas para prevenção à violência.

Como já mencionado, além das forças policiais e do município, a concepção Cidadã permeia a viabilidade de participação do cidadão na implementação das políticas, por meio do empoderamento e controle social.

Neste contexto, os Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEGs e as ações comunitárias ganham projeção e reconhecimento de sua importância como instrumento de construção de uma cultura cidadã na comunidade, incluindo o respeito à convivência e ao exercício da cidadania dentro das ações de prevenção.

Então, a Segurança Cidadã carece ainda de maior envolvimento de políticas municipais, e da participação da sociedade civil organizada como fruto do processo de transição do autoritarismo para a democracia, visto que, durante os dois paradigmas anteriores ficaram em segundo plano, não apenas todas as outras organizações do sistema de prevenção, mas principalmente as organizações da sociedade civil.

A expressão “Segurança Cidadã” ganha grande simbologia, por marcar a diferença entre as políticas de segurança desenvolvidas durante os regimes autoritários e as políticas de segurança pública materializadas na transição para a democracia.

Lembrando que a marca das políticas democráticas são, além dos processos eleitorais, a transparência, a participação social, a subordinação à lei e respeito aos direitos humanos.

Temos que a expressão “Cidadã” qualifica o paradigma da “Segurança Pública”, marcando a sua natureza democrática, de maneira que a expressão “Segurança Cidadã”, facilita o discurso, e tem o objetivo de destacar a importância democracia e da sociedade civil, no desenvolvimento de políticas de segurança no regime democrático.

Esta mudança de conceitos reflete tanto uma transformação na essência das políticas de segurança, quanto serviu de ajuste das políticas de segurança às exigências do processo democrático, pois apesar dos avanços na construção deste regime, as questões de segurança estão dentre os maiores clamores sociais.

Dessa forma, as intervenções que serão apontadas no último capítulo deste trabalho deverão envolver órgãos públicos, forças de segurança pública e sociedade civil organizada (representada pelos Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEGs), para a implementação de ações orientadas a partir de um diagnóstico preciso (estatístico, técnico e ao mesmo tempo social) dos problemas identificados como prioritários para a diminuição dos fatores de risco no âmbito do bairro, englobando iniciativas em diversas áreas, tais como educação, saúde, lazer, esporte, cultura, cidadania, entre outras.

Ainda, a Segurança Cidadã é um elemento essencial ao Desenvolvimento Humano, pois mantém intima relação da redução do envolvimento com a criminalidade quando o ser humano possui acesso à educação de qualidade, oportunidades e uma melhor expectativa de vida.

Deste modo, dentro desta visão, deve ser incluída parte da agenda de desenvolvimento que inclui políticas de âmbito local e social, pois nos contextos de maior vulnerabilidade social, econômica e institucional se estabelecem as maiores ameaças e fatores de risco para a comunidade.

E em se tratando de fatores de risco, não poderíamos deixar de abordar as transformações nas instituições sociais como a família, a escola, as igrejas e a comunidade.

Em especial, destacamos as mudanças na estruturação da família, com o significativo aumento de lares monoparentais (chefiados por mulheres), que passou de 7,3% em 1970 a 15% em 2000, tendo praticamente duplicado em 30 (trinta) anos, o que aponta um problema visível de abandono e ausência paterna. Além do que o perfil destas mães concentra-se em jovens, com educação de baixo nível e menos recursos econômicos (CASTRO, 2011).

Assim, a questão da insegurança que perpassa desafios sociais, econômicos e institucionais, exige uma postura séria daqueles que tem capacidade de gestão da Segurança, para que enxerguem o problema da violência e criminalidade de maneira complexa.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E A VISÃO DE SEGURANÇA CIDADÃ

2.1 A DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A partir da necessidade de aprofundamento do estudo sobre políticas públicas quando da evolução da segurança em nosso país, de imediato poderíamos apontar que todas as ações do Estado podem, ou devem ser identificadas como políticas públicas, haja vista a função conceitual do próprio Estado.

De acordo com Souza (2003) as definições de políticas públicas direcionam o nosso olhar para o ambiente em que os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos.

Abad (2003) traz a discussão de como o termo política permeia a caracterização da luta pelo poder e a busca de acordos, de tal forma que as políticas públicas seriam a materialização daquilo que o governo decide fazer ou não fazer diante de uma demanda como realização de ações governamentais e com a aplicação de recursos públicos.

Desta forma, políticas públicas são ações que um governo faz, mas, além disso, tal como afirmou Rua (1998), é o resultado de uma decisão política tomada sobre alternativas para atender uma determinada demanda, ou seja, uma forma que os governos têm para resolver problemas.

Neste sentido, a fim de determinar a perenidade e a compreensão das políticas públicas é importante diferenciar, de acordo com Oliveira (2011), políticas de governo - compreendidas como medidas tomadas pelo Executivo para atender demandas da agenda política interna (caráter imediato e transitório), das políticas de estado - que envolvem mais de uma agência, com amplo processo de discussão, inclusive em casas legislativas com estabelecimento de normas e disposições, que atuem em setores mais amplos (maior repercussão e continuidade).

No campo da segurança, podemos também identificar que as políticas públicas, são estruturas de poder de que dispõe o Estado para criar mecanismos e instrumentos para controle da violência, por isso representam uma visão predominante em seu respectivo momento e local, caracterizando-se assim em sua grande maioria como políticas de governo, sendo que o ideal seria a adoção de políticas de estado. Ou seja, políticas que seriam comuns ao estado, independente das mudanças de grupos que estão instalados democraticamente no poder, representando o governo.

Assim identificam-se as estratégias e os objetivos de determinados governos, por meio do modo como as políticas públicas foram formuladas e aplicadas, tal como apontado:

> Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006).

Neste trabalho o vocábulo políticas públicas é adotado conforme as definições dadas pelos autores citados acima, na medida em que consiste analisaremos as políticas públicas direcionadas pelo poder local, que podem contribuir com a redução dos indicadores de violência.

Para tanto, além do caminho das políticas públicas, que envolvem processos subsequentes, resumidos em: diagnóstico, análise, formulação, aplicação e avaliação, alguns elementos principais como atores e níveis de decisão, intenção, formas, duração, fundamento e objetivos, são de fundamental importância na definição do paradigma de segurança a ser aplicado.

E diante da complexidade da problemática da violência, a elaboração de políticas públicas com viés preventivo e em nível local é elaborada a partir do público a que se destina e concretizam em programas e ações direcionados a segmentos específicos da população, como por exemplo, os jovens, as mulheres ou os idosos.

Ainda, na definição das medidas a serem tomadas é de suma importância o entendimento de que o crime sofre variações tanto entre países e cidades, quanto têm diferenças entre bairros e ruas, daí a relevância da dimensão local servir de base para a formulação de políticas públicas de segurança.

Então, a discussão sobre o espaço da cidade e como este pode inibir a ocorrência da criminalidade, parte da premissa de que nenhuma iniciativa deve ser desconsiderada, subestimada e nenhum setor deve se omitir, pois todos interagem e de alguma forma se complementam nessa complexa tarefa.

2.2 AS POLÍTICAS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA CIDADÃ

As evidências delineadas em nosso trabalho deixam claro que as politicas unicamente repressivas, adotadas com exclusividade pelo Estado têm fracassado no seu objetivo de diminuir a incidência da violência, ficando evidente a necessidade de

adoção das políticas integrais, tomadas como políticas de estado, à partir de um diagnóstico local e conduzido com plena participação das comunidades afetadas.

Uma política de segurança integral exige a participação ativa de níveis distintos de governo, assim do ponto de vista institucional, surge então o fortalecimento do protagonismo do poder local, essencialmente por suas competências, na condução de medidas que possam eliminar fatores de risco, promovendo assim efetiva prevenção do crime.

Esta preocupação com a violência nas cidades, tratadas em níveis distintos de governo, é globalizada, por exemplo, em 2001, o Conselho das Comunidades Europeias criou a Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade, e para este Conselho:

> [...] a prevenção a criminalidade abrange todas as medidas destinadas a reduzir ou a contribuir para a redução da criminalidade e do sentimento de insegurança dos cidadãos, tanto quantitativa como qualitativamente, quer através de medidas diretas de dissuasão de atividades criminosas, quer através de políticas e intervenções destinadas a reduzir as potencialidades do crime as suas causas. Inclui o trabalho dos governos, das autoridades competentes, dos serviços de justiça criminal, de [sic] autoridades locais [sic] e das associações especializadas que eles tiverem criado na Europa, de setores privados e voluntários, bem como de investigadores e do público, com apoio dos meios de comunicação (JORNAL, 2011, apud NYGAARD, 2010).

Desta forma, uma efetiva política de Segurança Cidadã parte da premissa que as cidades e os municípios têm sua distinta combinação de ameaças, e, portanto carecem da combinação de políticas integrais assertivas e adequadas às circunstâncias e problemas da realidade local.

Um fato marcante e que reforçou o indicativo de transição para essa visão de Segurança no ano de 2001, foi a realização pela Câmara dos Deputados, em Brasília, do Seminário Nacional sobre a Violência Urbana e Segurança Pública, que teve ampla participação nacional e resultou na produção da "*Carta de Brasília",* que além de indicar a necessidade de aproximação do Estado e sociedade, materializou o reconhecimento de políticas de segurança urbana que devem ser descentralizadas e incorporadas à diversidade existente nas diferentes áreas do país.

Dentre as diretrizes estabelecidas na Carta de Brasília foi feita a afirmação de que as políticas urbanas devem ter sentido espacial, locacional e considerar as características socioeconômicas da região, destacando ainda que, a ausência de planejamento urbano e de uma política intersetorial, integrada e inovadora dificulta e torna ineficiente o enfrentamento à violência.

A execução de políticas integrais com viés intersetorial exige dos tomadores de decisão um diagnóstico preciso, por meio de informações de qualidade confiáveis sobre territórios específicos, sobre a vulnerabilidade das vítimas e sobre a existência de fatores de risco que apontam para a necessidade de intervenções que antecipem a ocorrência de crimes.

Assim, poderíamos citar como medidas integrais preventivas realizadas pelo poder local, por exemplo: melhorar a iluminação de ruas, restaurar espaços públicos, promover a melhor circulação de pedestres ou até mesmo, estabelecer restrição ao horário de funcionamento de bares e congêneres para evitar atos de violência em decorrência do abuso do álcool.

Tais medidas ampliam a constatação de que, além de possuírem Guardas Municipais, os Municípios têm capacidades que não dispõem o Estado e nem a União, para desenvolver políticas públicas que contribuam com a prevenção ao crime.

Importante destacar também que, tais capacidades, não substituem, mas podem reforçar, complementar ou suplementar, se utilizadas de forma integrada, com as capacidades dos Estados e da União (AZEVEDO, 2005).

Então, a Segurança Cidadã tem por prioridade as políticas municipais, pois a partir dos processos de transição do autoritarismo para a democracia, organizações internacionais, em especial as agências da Organização das Nações Unidas, por meio do PNUD tem impulsionado e patrocinado a promoção de políticas municipais de segurança cidadã.

Tais políticas, diante do marco democrático e inclusivo, são orientadas para promoção da segurança do cidadão, de forma proativa, a fim de evitar a emergência ou crescimento destes problemas. E no nível local, a priorização de segurança do cidadão implica não apenas reduzir o medo e a sensação de insegurança, que advém da expectativa de vitimização, mas se materializa nas ações que possam evitar ou minimizar os fatores de risco e as chances de crescimento do crime.

No âmbito do município, a prevenção inclui também demandas que são conhecidas como ações de prevenção primária, orientadas para as causas da violência, tais como: ações de redução das desigualdades, de promoção da educação, do esporte, do lazer, da cultura, de melhoria da infraestrutura e de valorização do espaço público.

Seriam ações que poderíamos caracterizar como transversais, que não se caracterizam pela natureza ou responsabilidade da pasta de quem realiza, mas sim por

sua finalidade e resultados advindos pela anterioridade, antecipação ou até mesmo da ausência de novas ocorrências de crimes em decorrência das intervenções.

Mas o desenvolvimento de políticas municipais de segurança cidadã requer conscientização do Chefe do Executivo Municipal, em realizar gestões para disponibilizar e mobilizar recursos técnicos, administrativos, políticos, econômicos e sociais.

Além de tais recursos, exige profissionais preparados e capacitados para exercer com competência e habilidade, as atividades necessárias na condução e realização do caminho a ser percorrido por uma politica de segurança cidadã, que se materialize no diagnóstico, análise, formulação, implementação, monitoramento e na avaliação da política.

Não obstante as óbvias implicações de natureza prática, a distribuição espacial de crimes constitui-se, também, em importante ferramenta para análise dos fatores sociais e econômicos de distribuição de crimes, neste sentido, pesquisadores do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP) defendem uma nova estratégia de regionalização para as políticas de segurança no país, partindo da premissa que:

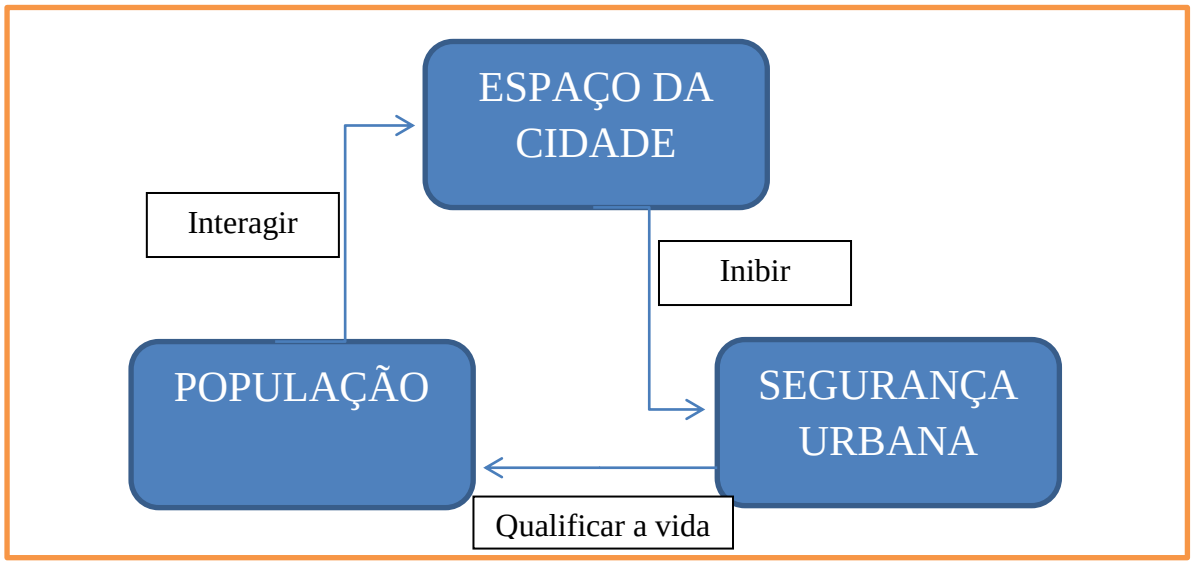
> [...] a implementação de políticas públicas de controle de homicídios baseada em estratégias locais de controle deve levar em consideração as semelhanças e diferenças existentes entre cidades e regiões. Ou seja, as propostas de intervenção das políticas públicas devem ser pautadas em diagnósticos que levem em consideração características especificas de cada região (CASTRO et al., 2004).

Assim, na condução de uma política de Segurança Cidadã para minimizar a segurança urbana, como ensina Zackeski (2004) a criminalidade de rua é certamente aquela que produz mais impacto na formação do imaginário coletivo, e por consequência a que mais acentua a sensação de insegurança, assim deve-se ter essa atenção especial às cidades:

> [...] surgiu da necessidade de resolução dos problemas relativos à segurança nos locais onde eles aparecem, possibilitando uma atuação mais direta, admitindo uma correspondência entre as necessidades manifestadas e as políticas de segurança. Além de trazer a discussão sobre segurança para o âmbito local (das cidades), tem-se admitido que **a dimensão mais apropriada para a implementação de programas de segurança é a dimensão dos bairros**. **grifo nosso** (ZACKSESKI, 2004).

Por fim, o resgate e o fortalecimento da dimensão do bairro nas Políticas Municipais de Segurança Cidadã são indispensáveis por três motivos, primeiro: para construir uma democracia de proximidade e cidadania, com o exercício da participação da população; segundo para criar na população a expectativa de que as propostas com as quais estão se envolvendo vão resultar em benefícios para o bairro ou região; e terceiro, para permitir uma fácil comunicação entre bairros e a administração publica municipal.

Quadro 3. Esquema geral das relações da cidade, população e segurança urbana.



Fonte: Nygaard, Paul Dieter. **Espaço da cidade; segurança urbana e participação popular**. Pg.21. Porto Alegre: Livraria do arquiteto, 2010.

No espaço da cidade o lócus de materialização das Políticas Municipais são os espaços públicos, tais como a rua, o espaço do trânsito, passeio e lazer, como espaços de contatos e encontros para atividades da vida urbana. Por isso, ações de reestruturação dos passeios públicos, das praças, da iluminação e da arborização, integram as políticas preventivas e devem ser discutidas com a população local, como medidas que reduziram o medo e a sensação de insegurança promovendo a segurança urbana.

3 METODOLOGIA

O trabalho se delineou com o objetivo de analisar a sensação de segurança em Goiânia - GO, a fim de reunir elementos e subsidiar uma matriz de eixos de intervenções para a Gestão Municipal, baseadas nas ideias de Segurança Cidadã.

Para que esta investigação cientifica fosse possível, utilizamos levantamento de referências bibliográficas enfocando principalmente temas como Políticas Públicas, Gestão Local, Governança e Segurança Cidadã. Para tanto, foram reunidos elementos teóricos e conceituais a respeito das diferentes ideias tratadas nestes temas.

Ainda, a fim de subsidiar a avaliação no trabalho, foi utilizada pesquisa realizada em parceria deste autor com o Centro de Pesquisas Econômicas e Mercadológicas – CEPEM/UNIALFA, sobre a qualidade dos serviços prestados no âmbito do munícipio de Goiânia, que corroboram para a sensação de insegurança da comunidade.

A aplicação da pesquisa se deu com apoio de equipe técnica formada por pesquisadores do CEPEM/UNIALFA, coordenados pelo Profº MS. Aurélio Troncoso, que autorizou a utilização da pesquisa neste trabalho.

A pesquisa fora realizada por meio de questionários padronizados nas regiões Noroeste, Central, Sul, Oeste, Leste, Sudoeste e entorno da cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás, que conforme o Censo (2010 – IBGE) foi levantado em Goiânia de acordo com a idade versus sexo a existência de 449.619 (47,37%) homens com faixa etária entre 15 a 65 anos, e 499.519 (52,63%) mulheres com faixa etária entre 15 a 65 anos, que seguindo critério de conveniência foram entrevistados.

O foco da pesquisa desenvolvida foi quantificar os dados, para tanto o instrumento utilizado foi a realização de questionários para padronizar a coleta de informações. Foram aplicados 847 questionários, segundo a teoria da amostragem, a amostra mínima com um nível de significância de 95% e com margem de erro de 3,4% seria de aproximadamente 831 questionários.

Porém, a análise desta pesquisa, se caracteriza como de natureza “qualitativa”, que na lição de Martins (2008), caracteriza-se pela descrição, compreensão e interpretação de fatos e fenômenos. Também, pode ser caracterizada como “descritiva”, pois a análise da pesquisa avalia as percepções, opiniões e sensações da comunidade.

Em seguida, identificamos e selecionamos na pesquisa sobre sensação de segurança (CEPEM) quais quesitos contribuíam com a perspectiva da visão de

Segurança Cidadã, para então realizar a análise e apresentação dos dados, identificando os temas, ênfases e padrões presentes (BARDIN, 1997).

A partir de todo arcabouço de informações e, tomando por base a visão de Pacheco (2003) sobre a metodologia de Resolução de Problemas de Segurança Pública, que estabelece 3 (três) fases – Planejamento, Execução e Avaliação, foram avaliadas em cada etapa quais os elementos deveriam ser considerados para gestão e formulação de políticas públicas com aderência às ideias de Segurança Cidadã.

Apresentaremos a seguir a análise dos resultados de pesquisa aplicada em Goiânia, no ano de 2015, pelo Centro de Estudos e Pesquisas Mercadológicas (CEPEM/UNIALFA), baseada em questionários fechados elaborados por este autor, cujo objetivo da parceria foi mensurar o grau de sensação de segurança da população.

Segundo Bogdan; Biklen (1994) a tarefa de análise de dados implica tanto na organização do material disposto, quanto na identificação de tendências e padrões relevantes, que possam ser avaliados com a finalidade de chegar à conclusões de relações e inferências comuns.

4 ANÁLISE DE PESQUISA SOBRE SENSAÇÃO DE SEGURANÇA

As pessoas têm se sentindo cada vez mais inseguras nos espaços da cidade e esse sentimento as retraem, as tornam reclusas e afetam diretamente no usufruto dos diferentes espaços urbanos, em especial dos espaços públicos.

Assim, com esta análise foi possível verificar a existência e qualidade das políticas públicas municipais que contribuem, ainda que indiretamente, como ações de enfrentamento à criminalidade, na redução dos indicadores de violência e melhoria da sensação de segurança da comunidade.

Inicialmente a pesquisa retrata o perfil dos entrevistados (Quadro 4), ponto em que destacamos a grande desigualdade econômica existente em nossa cidade, que deve ser levada em consideração quando da análise da origem da violência, conforme Luseni Aquino (2004).

Quadro 4. Renda da população pesquisada em Goiânia

RENDA	Freq.	%
Até R$ 788,00 (1SM)	125	14,8%
De R$ 788,00 a R$ 1.576,00 (2SM)	247	29,2%
De R$ 1.576,00 a R$ 2.364,00 (3SM)	181	21,4%
De R$ 2.364,00 a R$ 3.152,00 (4SM)	102	12,0%
De R$ 3.152,00 a R$ 3.940,00 (5SM)	68	8,0%
De R$ 3.940,00 a R$ 4.728,00 (6SM)	36	4,3%
De R$ 4.728,00 a R$ 5.516,00 (7SM)	24	2,8%
De R$ 5.516,00 a R$ 6.304,00 (8SM)	21	2,5%
De R$ 6.304,00 a R$ 7.092,00 (9SM)	19	2,2%
de 7.092,00 a 7.880,00 (10SM)	6	0,7%
Acima de 7.880,00.	18	2,1%
TOTAL CIT.	**847**	**100%**

Fonte: CEPEM / UNIALFA (2015)

A pesquisa apontou que 46,2% dos entrevistados já haviam sido vítimas de algum crime (Quadro 5), informação esta que demonstra a seriedade e importância da discussão.

Quadro 5. Percentual dos entrevistados que já foram vítimas de algum crime

SE JÁ FOI VÍTIMA DE ALGUM CRIME	Freq.	%
Sim	391	46,2%
Não	456	53,8%
TOTAL CIT.	**847**	**100%**

Fonte: CEPEM/UNIALFA (2015)

Entre aqueles que já foram vítimas de crime, cerca de 90% foram vítimas de crimes contra o patrimônio, especialmente o roubo, que ocorre mediante violência ou

grave ameaça (Quadro 6), e por essa peculiaridade impacta de grande maneira o aspecto da sensação de insegurança.

Quadro 6. Percentual dos crimes que já foram vítimas os entrevistados

SE JÁ FOI VÍTIMA DE ALGUM CRIME_QUAL	Freq.	%
ROUBO	346	87,4%
ROUBO A RESIDENCIA / COMÉRCIO	29	7,3%
FURTO	10	2,5%
TENTATIVA DE ROUBO	8	2,0%
ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	3	0,8%
TOTAL CIT.	**396**	**100%**

Fonte: CEPEM/UNIALFA (2015)

Ainda, nota-se que 45,5% dos entrevistados não registraram Boletim de Ocorrência (Quadro 7), deixando assim de figurar nas estatísticas oficiais e inviabilizando o planejamento fundamentado nos registros de ocorrências.

Quadro 7. Percentual dos entrevistados que registram Boletim de Ocorrência

Se REGISTROU B_O	Freq.	%
Registrei	213	54,5%
Não registrei	178	45,5%
TOTAL CIT.	**391**	**100%**

Fonte: CEPEM/UNIALFA (2015)

Dentre aqueles que não registraram Boletim de Ocorrência, quase 50% alegam não acreditar que a ocorrência resolveria algo (Quadro 8), o que dificulta e prejudica os diagnósticos e estatísticas oficiais.

Quadro 8. Razão dos entrevistados não registrarem Boletim de Ocorrência

SE NÃO REGISTROU B_O_POR QUE	Freq.	%
NÃO ACREDITEI QUE RESOLVERIA	87	49,4%
NÃO ACHEI NECESSÁRIO	28	15,9%
NÃO ACREDITO NA POLICIA	15	8,5%
FIQUEI COM MEDO DOS CRIMINOSO	12	6,8%
PORQUE DEMORA	11	6,3%
FALTA DE TEMPO	11	6,3%
MUITA BUROCRACIA	7	4,0%
PORQUE ERA TARDE DA NOITE	2	1,1%
POLÍCIA EM GREVE	2	1,1%
VALOR PEQUENO	1	0,6%
TOTAL CIT.	**176**	**100%**

Fonte: CEPEM/UNIALFA (2015)

A pesquisa também aponta que 59,3% dos entrevistados já deixaram de sair de casa por medo da violência (Quadro 9), reforçando a concepção de que o medo da violência torna o cidadão de bem recluso, conforme afirma Silveira (2013).

Quadro 9. Percentual dos entrevistados que deixaram de sair de casa por medo

SE DEIXOU DE SAIR DE CASA-MEDO VIOLÊNCIA	Freq.	%
Sim	502	59,3%
Não	345	40,7%
TOTAL CIT.	**847**	**100%**

Fonte: CEPEM/UNIALFA (2015)

Assim, como são nas ruas, calçadas, praças e parques, espaços públicos onde ocorrem os contatos interpessoais, as manifestações coletivas e diversas dinâmicas sociais, o sentimento de insegurança parece contribuir cada vez mais com a perda de vitalidade social das cidades e para a desarticulação do sentimento de coletividade na população.

A segurança, ou a sensação de estar seguro, reflete a intensidade da apropriação de um espaço e isso varia com o nível de relação estabelecido entre as pessoas e seu entorno.

A questão identificada neste momento é que quanto menor o sentimento de segurança, mais as pessoas têm abandonado os espaços públicos e preferindo espaços reclusos e confinados, supervalorizando a individualidade e consequentemente enfraquecendo os laços sociais e a probabilidade de aumento da sensação de segurança por meio das relações nos espaços comuns das cidades.

No tocante ao grau de preocupação em ser vítima de algum crime, fica evidenciada a predominância da preocupação “Alta” (37,3%) e “Altíssima” (29,7%) entre os entrevistados, conforme abaixo (Quadro 10).

Quadro 10. Grau de preocupação em ser vítima de algum tipo de crime

GRAU DE PREOCUPAÇÃO EM SR VÍTIMA	Freq.	%
Baixo	59	7,0%
Médio	246	29,0%
Alto	316	37,3%
Altíssimo	226	26,7%
TOTAL CIT.	**847**	**100%**

Fonte: CEPEM/UNIALFA (2015)

E dentre as preocupações dos entrevistados (Quadro 11), destacamos os 3 (três) principais motivos, sendo eles: medo de sofrer violência/ser roubado/morte (26%); a falta de segurança (15,6%) e por já ter sido vítima (13,3%).

Quadro 11. Grau de preocupação em ser vítima de algum tipo de crime

GRAU DE PREOCUPAÇÃO EM SER VÍTIMA	Freq.	%
TENHO MEDO DE SER ROUBADO/SOFRER VIOLÊNCIA/MOR	123	26,0%
FALTA SEGURANÇA	74	15,6%
JA FUI VÍTIMA	63	13,3%
A VIOLÊNCIA TEM AUMENTADO	42	8,9%
VEJO NOS NOTICIÁRIOS MUITA VIOLÊNCIA	29	6,1%
CRIMINALIDADE CRESCENTE	22	4,7%
MEU BAIRRO É MUITO PERIGOSO	21	4,4%
NÃO TEM POLICIAMENTO	20	4,2%
FALTA PUNIÇÃO	19	4,0%
TEMO PELA MINHA FAMILIA	12	2,5%
CONHEÇO PESSOAS QUE FORAM VÍTIMAS	11	2,3%
AS LEIS NÃO PROTEGEM CIDADÃOS DE BEM	9	1,9%
POR CAUSA DAS DROGAS/BOCA DE FUMO	7	1,5%
ESTAMOS EXPOSTOS À VIOLÊNCIA	6	1,3%
O BRASIL ESTÁ CADA VEZ PIOR	4	0,9%
PORQUE ANDO SOZINHO	4	0,9%
NÃO SE PODE CONFIAR NO PRÓXIMO	3	0,6%
POR CAUSA DO HORÁRIO QUE CHEGO EM CASA	2	0,4%
NÃO TEMOS PAZ	1	0,2%
NÃO É COMUM TER POLICIAMENTO NO BAIRRO	1	0,2%
TOTAL CIT.	**473**	**100%**

Fonte: CEPEM/UNIALFA (2015)

Em relação ao período do dia em que o entrevistado sente maior receio de ser vítima de algum tipo de crime, obteve-se o resultado de que 41,6% tem maior receio no período noturno, mas 48,6% tem receio em todos os períodos, o que demonstra uma preocupação constante do cidadão com sua segurança pessoal (Quadro 12).

Quadro 12. Período do dia de maior receio em ser vítima

PERIODO DO DIA - RECEIO DE SER VÍTIMA	Freq.	%
Período da manhã	61	7,2%
Período da tarde	22	2,6%
Período Noturno	352	41,6%
Em todos os períodos	412	48,6%
TOTAL CIT.	**847**	**100%**

Fonte: CEPEM/UNIALFA (2015)

Constatamos ainda, por meio desta análise, que a presença da venda e do consumo de drogas (Quadros 13 e 14), especialmente maconha, crack e cocaína (Quadro 15), é muito alto e evidente em Goiânia.

Quadro 13. Existe ponto de vendas de drogas no seu Bairro-Região

EXISTENCIA DE VENDAS DROGA	Freq.	%
Sim	580	71,0%
Não	237	29,0%
TOTAL CIT.	**817**	**100%**

Fonte: CEPEM/UNIALFA (2015)

Quadro 14. Existe consumo de drogas em seu Bairro-Região

EXISTÊNCIA DE CONSUMO DE DROGAS	Freq.	%
Sim	699	84,2%
Não	131	15,8%
TOTAL CIT.	**830**	**100%**

Fonte: CEPEM/UNIALFA (2015)

Quadro 15. Qual tipo de droga

EXISTÊNCIA DE VENDAS E CONSUMO DE DROGA	Freq.	%
Maconha	528	38,2%
Crac	431	31,2%
Cocaina	292	21,1%
Merla	70	5,1%
Outros	31	2,2%
Bala	14	1,0%
Papel	14	1,0%
Oxi	1	0,1%
TOTAL CIT.	**1381**	**100%**

Fonte: CEPEM/UNIALFA (2015)

De acordo com a percepção dos entrevistados, a venda e o consumo intenso de drogas em Goiânia, apresenta-se como principal causa para o aumento da violência nos bairros (Quadro 16).

Quadro 16. Principal problema para o aumento da violência em seu bairro

PRINCIPAL PROBLEMA AUMENTO DA VIOLÊNCIA	Freq.	%
Drogas	510	35,2%
Impunidade	342	23,6%
Educação	160	11,0%
Desemprego	143	9,9%
Alcoolismo	130	9,0%
Outros	73	5,0%
Classe social	55	3,8%
Falta de dinheiro	36	2,5%
TOTAL CIT.	**1449**	**100%**

Fonte: CEPEM/UNIALFA (2015)

Estes dados sobre presença do tráfico de drogas, indivíduos que já sofreram algum delito, diminuição de sensação de segurança em áreas urbanas, diminuição do uso das áreas públicas, ressaltam a importância da avaliação que será apresentada no próximo capítulo, visto que se materializa através de estratégias em diferentes eixos como: repressão qualificada, intervenção ambiental e prevenção primária.

Os próximos quesitos tratam de questões da infraestrutura urbana de Goiânia (Quadros 17 a 23), e as constatações direcionam para os possíveis "fatores de risco" nos espaços públicos que ensejam, possibilitam ou facilitam a pratica de crimes.

Quando questionados sobre a estrutura de iluminação e sinalização, os entrevistados disseram em sua maior parte que o concordam parcialmente que seu bairro seja bem iluminado. E, alegaram ainda que concordam parcialmente que seu bairro seja bem sinalizado.

Quadro 17. O meu bairro é bem iluminado.

BAIRRO É BEM ILUMINADO	Freq.	%
Concordo totalmente	234	28,0%
Concordo parcialmente	309	37,0%
Discordo parcialmente	152	18,2%
Discordo totalmente	140	16,8%
TOTAL CIT.	**835**	**100%**

Fonte: CEPEM/UNIALFA (2015)

Quadro 18. O meu bairro é bem sinalizado.

BAIRRO BEM SINALIZADO	Freq.	%
Concordo totalmente	201	24,0%
Concordo parcialmente	279	33,3%
Discordo parcialmente	165	19,7%
Discordo totalmente	194	23,1%
TOTAL CIT.	**839**	**100%**

Fonte: CEPEM/UNIALFA (2015)

Quando questionados sobre a existência de redutores de velocidade, alegaram que discordam totalmente da existência destes aparelhos, tal como, apontaram não existir faixas de pedestres em seus bairros.

Quadro 19. Existe redutor de velocidade nas ruas do meu bairro.

EXISTENCIA DE REDUTOR DE VELOCIDADE	Freq.	%
Concordo totalmente	143	17,1%
Concordo parcialmente	213	25,5%
Discordo parcialmente	143	17,1%
Discordo totalmente	337	40,3%
TOTAL CIT.	**836**	**100%**

Fonte: CEPEM/UNIALFA (2015)

Quadro 20. Meu bairro é dotado de várias faixas de pedestres.

FAIXA DE PEDESTRES	Freq.	%
Concordo totalmente	170	20,3%
Concordo parcialmente	218	26,0%
Discordo parcialmente	139	16,6%
Discordo totalmente	311	37,1%
TOTAL CIT.	**838**	**100%**

Fonte: CEPEM/UNIALFA (2015)

Quando questionados sobre a conservação das áreas públicas de seus bairros a maioria alegou que não estão bem conservadas, bem como alegaram existir imóveis abandonados e, apresentaram em sua maioria discordar parcialmente que existam espaços destinados a pratica de atividades de esportes e lazer.

Quadro 21. As áreas públicas de meu bairro são bem conservadas.

ÁREAS PUBL.DO MEU BAIRRO SÃO CONSERVADAS	Freq.	%
Concordo totalmente	132	15,8%
Concordo parcialmente	254	30,4%
Discordo parcialmente	163	19,5%
Discordo totalmente	288	34,4%
TOTAL CIT.	**837**	**100%**

Fonte: CEPEM/UNIALFA (2015)

Quadro 22. Não existem imóveis abandonados em meu bairro.

NÃO EXISTEM IMÓVEIS ABANDONADO	Freq.	%
Concordo totalmente	140	16,7%
Concordo parcialmente	178	21,2%
Discordo parcialmente	155	18,4%
Discordo totalmente	368	43,8%
TOTAL CIT.	**841**	**100%**

Fonte: CEPEM/UNIALFA (2015)

Quadro 23. Bairro conta com espaço destinado a prática de esportes e lazer.

ESPAÇOS DESTINADO A PRÁTICA DE ESP/LAZ	Freq.	%
Concordo totalmente	195	24,0%
Concordo parcialmente	259	31,9%
Discordo parcialmente	147	18,1%
Discordo totalmente	211	26,0%
TOTAL CIT.	**812**	**100%**

Fonte: CEPEM/UNIALFA (2015)

No viés da Segurança Cidadã as políticas públicas devem ser materializar por meio de intervenções pelo poder local como “fatores de proteção”, através da prevenção realizada pelo ordenamento e zeladoria urbana, como melhoria da iluminação e sinalização, tornando os ambientes propícios à cidadania e convivência.

Pois, se alega que ambientes são mais propensos à prática do delito, pelas características que facilitam sua ação, tais como: falta de iluminação, sinalização, limpeza pública e áreas degradadas, e mesmo que não esteja dentre as áreas de maior incidência, um espaço pode transmitir uma sensação de insegurança e esses espaços considerados desprovidos de segurança são menos usados, o que os torna ainda mais inseguros.

Diante dos resultados da pesquisa nas questões de infraestrutura, percebemos que ações transversais que estão sob a responsabilidade do município e poderiam prevenir a ocorrência de crimes, assim como melhorar a sensação de segurança, não estão bem avaliadas pela opinião dos entrevistados, o que evidencia a necessidade de discussão, envolvimento e enfrentamento da questão pelo município de Goiânia.

Ficou reforçada a ideia de que a prevenção ao delito também pode acontecer por meio da reestruturação física ou urbanização dos bairros, procurando-se assim neutralizar os fatores de risco para a ocorrência de crimes, que em Goiânia, grande parte estão sob a responsabilidade da esfera municipal (poder local).

Então, a análise da pesquisa confirma a relação entre a sensação de insegurança por parte dos usuários com as questões de infraestrutura urbana, assim como também é possível notar que as regiões que alegaram menor sentimento de segurança (Quadro 24), também foram apontadas com níveis de insatisfação em suas questões ambientais (iluminação, sinalização, etc).

Quadro 24. Grau de preocupação em ser vítima versus Região que reside.

GRAU DE PREOCUPAÇÃO EM SR VÍTIMA REGIÃO EM QUE RESIDE	Médio	Alto	Altíssimo	TOTAL
Noroeste	5,2% (41)	8,5% (67)	5,5% (43)	**19,2% (151)**
Central	5,9% (46)	5,6% (44)	5,2% (41)	**16,7% (131)**
Entorno de Goiânia	2,8% (22)	6,5% (51)	4,7% (37)	**14,0% (110)**
Sul	6,8% (53)	3,8% (30)	2,7% (21)	**13,3% (104)**
Oeste	2,7% (21)	4,8% (38)	3,3% (26)	**10,8% (85)**
Norte	4,1% (32)	3,8% (30)	2,6% (20)	**10,5% (82)**
Leste	2,3% (18)	3,6% (28)	2,7% (21)	**8,5% (67)**
Sudoeste	1,7% (13)	3,2% (25)	2,2% (17)	**7,0% (55)**
TOTAL	**31,3% (246)**	**39,9% (313)**	**28,8% (226)**	**100% (785)**

Fonte: CEPEM/UNIALFA (2015)

E através da análise da presente pesquisa, concluímos que a percepção dos moradores de Goiânia quanto à sua insegurança demanda respostas por parte do poder público municipal através de diversas ações (Quadro 25).

Quadro 25. Sinopse de exemplos de medidas que reduzem a insegurança:

Ações	Consequências
Melhoria da iluminação	**Reduz a insegurança**
A visibilidade e contato entre órgãos e o cidadão	**Reduz a insegurança**
Melhoria na Infraestrutura	**Reduz a insegurança**
Estruturação dos espaços públicos	**Reduz a insegurança**
A participação da comunidade na definição de políticas públicas	**Reduz a insegurança**
Reduzir as desordens urbanas e sociais	**Reduz a insegurança**

Fonte: Autor

Então, a análise da pesquisa evidencia a diversidade das causas da insegurança e suas consequências, e que o problema da segurança urbana possui uma conotação complexa que não pode ser enfrentada, e nem resolvida, por ações setoriais isoladas como foi por bastante tempo.

5 INTERVENÇÕES EM NÍVEL LOCAL

A premissa que sustenta este levantamento de possibilidades para apoiar ações e políticas públicas, é a de que o município pode e deve contribuir na implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência urbana, entretanto, não se deve ignorar a necessidade de uma parceria com o Executivo Estadual.

Após as leituras e referenciais levantados, percebeu-se que intervenções compartilhadas permitem solução de problemas na área de segurança, e redefinem a missão das polícias, pois o sucesso ou fracasso das ações passa a depender mais da qualidade dos resultados, medidos pelos problemas resolvidos, do que a produtividade quantitativa de ações sob a responsabilidade das polícias.

Diante do novo paradigma de Segurança Cidadã, as polícias (na perspectiva do policiamento orientado para solução de problemas) devem atuar junto com outros órgãos, atores e parceiros, para enfrentar a questão, por meio de uma rede integrada de ações direcionadas às origens ou causas dos problemas, que inicialmente podem se apresentar como fatores de risco.

Percebe-se também, crescentemente mais presente as ideias de Gestão e Administração para andamentos e organização dos afazeres das políticas.

Neste viés, são elementos importantíssimos para a realização do programa a existência e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEGs, como instrumento de Governança e núcleo de ação local, tal como dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal – GGIM, para deliberação das demandas e definição de atores responsáveis por resolvê-las no âmbito do município.

No Estado de Goiás, podemos apontar algumas ações desencadeadas pela Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária – SSPAP, que contribuíram para o início da transição para o paradigma de Segurança Cidadã, e servem como base para uma gestão mais próxima da ideia de Segurança Cidadã, a saber:

- Capacitação de policiais militares em Policiamento Comunitário, iniciado no Estado de São Paulo em meados de 1990;
- A criação, institucionalização e funcionamento dos Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEG’s, que em Goiás surgiram em meados 1987;
- Criação dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais – GGIM;

- Trabalhos e cursos realizados pelo PNUD/ONU em parceria com o Ministério da Justiça, apresentando o tema da Segurança Cidadã e do Desenvolvimento Humano;
- Criação de Regiões e Áreas Integradas de Segurança – RISP/AISP;

Na visão de Pacheco (2003) para se pensar a Resolução de Problemas de Segurança Pública, devem ser estabelecidas 3 (três) fases – Planejamento, Execução e Avaliação. De maneira que, a partir destas fases, que são instrumentos de gestão, se pode estabelecer alguns eixos ou intervenções a serem trabalhadas, a partir da priorização de um local pré-determinado.

A seguir são apresentados elementos de apoio à Gestão Municipal orientada para Segurança Cidadã e as demandas práticas para esta relação.

5.1 PLANEJAMENTO

5.1.1 **Identificação do Problema (Diagnóstico)**

Para possibilitar ações é preciso, portanto, a identificação correta do problema, para que haja resultado efetivo nas ações, pois um problema mal diagnosticado prejudica todo desenvolvimento da metodologia e leva a resultados diversos dos esperados.

A fase de diagnóstico, na perspectiva da Segurança Cidadã, portanto, deve considerar a necessidade de mapeamento das múltiplas causas que podem ter originado determinado fenômeno violento ou criminoso, tal como a identificação dos fatores de risco que somaram para sua produção.

Neste viés, poderíamos estipular ou definir três formas ou dimensões de realização do diagnóstico almejado, sendo eles:

a) **Estatístico:** realizado por meio de levantamento de dados de registros de ocorrências, que convergem para definição de uma mancha criminal específica, sobre a qual deseja-se atuar;

b) **Social:** realizado por meio de reuniões comunitárias conduzidas pelos Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEGs, ou pelo contato com moradores por meio de visitas comunitárias, com a finalidade especifica de identificar os fatores determinantes para ocorrência de

crimes, mas que não estão "visíveis" aos operadores de segurança, pelo distanciamento da realidade local e social;

c) **Técnico:** realizado pelos agentes públicos e parceiros do programa, quando da sua atuação e intervenção no local, que poderá ser produzido por meio de relatórios situacionais.

Algumas observações importantes na identificação de problemas na perspectiva de Segurança Cidadã são: a necessidade de delimitação da área geográfica em que se deseja atuar; os problemas identificados devem ir além da responsabilidade da atividade policial e a coleta de dados deve ocorrer em fontes de informação confiáveis (preferencialmente através dos CONSEGs).

5.1.2 Análise e definição de parceiros

A partir da definição das múltiplas causas que podem ter originado e determinado o fenômeno violento ou criminoso, deve-se buscar avaliar o problema identificado, quando então será realizada uma estratificação dos dados e informações de demandas apontadas no diagnóstico.

No diagnostico devem ser identificadas as demandas nas três dimensões supramencionadas, e eleitos os parceiros que possuem responsabilidade de atuação sobre tais demandas, que podem não ser apenas profissionais da área da Segurança Pública. Estes parceiros são corresponsáveis pelo ajuste de desordens sociais e urbanas, que possuem reflexos sobre os indicadores de violência, e que por sua competência, deverão contribuir com intervenções que resultarão na mudança do quadro existente.

O Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM, no que diz respeito às ideias de Segurança Cidadã, deve ser um órgão com papel de avaliação dos problemas e articulação com parceiros para buscar soluções.

Assim, este órgão deve ter função de deliberação para ações como delimitação da atuação de cada parceiro, e, definição de compromissos e responsabilidades de realização das ações.

5.1.3 **Definição de estratégia, metas, plano de ação e indicadores**

Dentro das ideias de Segurança Cidadã, estão preconizadas não apenas o conhecimento do problema, mas a articulação de diferentes agentes para buscar soluções e a definição de estratégias que tenham metas definidas para cada área, com um plano de ação, assim como indicadores para acompanhamento das ações.

No processo de busca por soluções, portanto, é importante a definição de estratégias, metas e indicadores claros para o monitoramento e avaliação, assim como será necessário a definição de um plano de ação por parte dos parceiros, que seja de conhecimento de todo grupo de atuação, de maneira a possibilitar a identificação da responsabilidade, a convergência de ações comuns, o envolvimento e o empoderamento dos atores, assim definidos:

a) **Estratégia**: caminho a ser percorrido para alcançar o resultado esperado;

b) **Metas**: objetivos a serem alcançados;

c) **Indicadores**: parâmetros de medida para monitoramento e avaliação das ações, que poderá ser realizada trimestralmente;

d) **Plano de Ação**: definição concreta por parte dos parceiros, da forma pela qual serão realizadas ações que tenham por objetivo neutralizar os fatores de risco já diagnosticados.

As metas devem apoiar o monitoramento das atividades, para que a equipe de trabalho seja envolvida buscando um maior comprometimento na estratégia adotada.

Neste sentido, há diversas possibilidades de aplicação de Planos de Ação e de Indicadores que permitam o monitoramento dos processos. Assim, ressaltamos a necessidade da análise periódica, para identificar se realmente a equipe está conseguindo cumprir as metas e se são necessárias novas ações.

5.2 EXECUÇÃO

Na fase de execução das ações, dentro do que se entende por Segurança Cidadã, torna-se imprescindível a capacitação do capital humano que será envolvido no desenvolvimento das ações, de maneira que cada partícipe saiba as peculiaridades, finalidades e importância das atividades para a solução dos problemas da comunidade, e que entendam que os problemas são complexos e devem articular agentes de diferentes áreas do poder público para em conjunto gerar debates e soluções.

Ainda, reforçamos que o protagonismo no desenvolvimento das ações propostas é do poder local, ou ente municipal, que através do Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM, criado por meio de Decreto do Chefe do Executivo, poderá coordenar e conduzir todas as possíveis respostas ao diagnóstico prévio realizado.

As capacitações para a execução das ações devem ser desenvolvidas com a finalidade de colocar em pratica as ações e coletar os dados sobre o problema ao longo do processo de implementação.

Assim, após estas fases de Gestão brevemente levantadas e apresentadas frente às ideias de Segurança Cidadã, apresenta-se a seguir 3 (três) modalidades (eixos) de intervenções no âmbito local, que reúnem todas as possíveis respostas que o ente municipal pode contribuir.

5.2.1 Repressão Qualificada

No tocante à atuação das forças de segurança (incluindo a Guarda Civil Metropolitana), a repressão qualificada, se realizada em parceria com a comunidade local e em locais pré-identificados, seria o método de enfrentamento à violência mais coerente com as ideias de Segurança Cidadã. Esta deve ocorrer para redução dos índices de criminalidade, diante do binômio: aumento da violência x insuficiência de recursos humanos das forças policiais.

Esta forma de ação deve gerar e permitir gerenciamento de informações, para a convergência de ações para as situações mais graves, no sentido de apresentar respostas

em curto espaço de tempo, a fim de minimizar o sentimento de impunidade e insegurança.

Neste sentido, a repressão não deveria ser realizada única e exclusivamente pelos órgãos policiais, mas sim por todo e qualquer órgão parceiro que detenha competência e atribuição de limitar e restringir, o uso e o gozo de bens, direitos e obrigações (Poder de Polícia - em conformidade com o Art. 78 do CTN), que estejam em condição de irregularidade, desordem ou que se presente como fator de risco para a comunidade local.

5.2.2 Intervenção Ambiental

Considerando que o crime não é tido como um fenômeno individual, mas também ambiental, compreendendo aspectos físico, social, econômico e cultural da atividade humana, o programa deve estar vinculado ao ambiente (contexto espacial).

Os núcleos urbanos onde se identificam a concentração dos mais elevados índices de criminalidade, possuem áreas muito deterioradas, pobres de infraestrutura, pouco desenvolvimento econômico e significativos níveis de desorganização social.

Diante desse contexto, busca-se intervenção dos poderes públicos diretamente nas áreas marginalizadas, com programas de reordenação urbana, melhoria de infra-estrutura, oferecimento de serviços públicos básicos, assim como ações que busquem promover o estimulo para o desenvolvimento e autonomia da economia local, por meio de programas de capacitação e geração de renda.

Então, temos por intervenção ambiental a reestruturação física de desordens urbanas ou sociais dos bairros, bem como a promoção do crescimento e desenvolvimento econômico local, procurando-se assim neutralizar o risco de ocorrência de crimes.

Por fim, deve-se envolver e considerar a estrutura urbana dentre os preceitos da Segurança Cidadã, de maneira que se deve envolver e reunir os agentes das forças policiais com agentes de Planejamento Urbano e áreas afins no reordenamento urbano.

5.2.3 Prevenção Primária

A forma de se combater ou diminuir a criminalidade no pensamento da Segurança Cidadã se dá através do entendimento do crime em suas causas, suas raízes, e não apenas em suas consequências, de tal forma que, do ponto de vista da prevenção, a prioridade do programa deve ser organizar em ações de **prevenção primária.**

Estas ações de prevenção devem ser especialmente direcionadas as comunidades em desvantagem social e aos jovens em situação de vulnerabilidade, visando melhorias: na educação, na pratica de atividades esportivas e culturais, na habitação, no trabalho, renda, a inserção do homem no meio social, na saúde, na qualidade de vida e na promoção da cidadania.

Para tanto, são necessárias estratégias integrais de políticas educacional, econômica, social e cultural, cujo objetivo primário seria oferecer a paz social, a cidadania e o desenvolvimento humano ao jovem. E, neste sentido, órgãos integradores podem apoiar por estas definições e articulações.

5.3 MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

O monitoramento das ações deve se dar com intuito de estimar relações causais entre as ações dos parceiros e os efeitos observados na sociedade ou ambiente, e por fim apontar se a avaliação das ações implementadas resultaram em impacto social e as mudanças no cenário local.

Ou seja, é necessário analisar se ocorreram mudanças no quadro identificado quando do diagnóstico do problema e no quadro encontrado após a implementação das ações, apontando para a entrega de uma nova realidade para a comunidade local.

Lembrando que, se os resultados obtidos estiverem em conformidade com os indicadores previstos no plano de ação, esta avaliação servirá como um novo diagnóstico a ser utilizado no planejamento de novas ações que tenham por finalidade resolver os mesmos problemas identificados.

E quando não estiverem em conformidade com os resultados esperados, deverá servir como parâmetro para identificar falhas dentro do próprio processo de planejamento, a fim de corrigir as ações ou redimensionar os indicadores de avaliação propostos.

Quando do término da avaliação, e sendo efetivada a neutralização do problema enfrentado pelo participes, é imprescindível a realização de um relatório detalhado dos procedimentos adotados, a fim de registrar o processo de tomada de decisões para solução do problema.

Esse relatório seria o instrumento de consolidação do trabalho que serviria para orientar operadores de segurança que se depararem com problemas semelhantes, evitando assim repetição de erros, e trabalhos repetidos.

Quadro 26. Sinopse de intervenção em nível local

FASE	***ETAPAS***	***FINALIDADE***
1. PLANEJAMENTO	- Diagnóstico;	- Identificação de problemas;
	- Análise e definição de parceiros;	- Fragmentação e compartilhamento de responsabilidades;
	- Definição da: estratégia, metas, indicadores e plano de ação;	- Definição do processo, objetivos, parâmetros e planificação.
2. EXECUÇÃO	- Repressão Qualificada;	- Enfrentamento pelos órgãos municipais que detêm Poder de Polícia (vide Art. 78 do CTN);
	- Intervenção Ambiental;	- Melhoria da Infraestrutura e dos espações públicos;
	- Prevenção Primária;	- Prevenção orientada para as causas (foco na criança e adolescente).
3. AVALIAÇÃO	- Monitoramento;	- Acompanhamento
	- Avaliação;	- Valoração de resultados
	- Consolidação	- Produção de relatório.

Fonte: Autor.

Ainda, no intuito de exemplificarmos a forma de organização da gestão dos problemas acima, apresentaremos a seguir (Quadro 27) sua aplicação em 3 (três) situações concretas como: a iluminação deficiente; o tráfico de drogas (que ocorre em bares e distribuidoras) e problemas no trânsito (violência), que na pesquisa do CEPEM ficaram evidenciadas como problemas recorrentes em Goiânia.

Quadro 27. Exemplo de soluções de problemas com ferramentas de gestão

FASE	ETAPAS	APLICAÇÃO
1. PLANEJAMENTO	- Diagnóstico;	**1. Iluminação deficiente;**
		2. Tráfico em comércios;
		3. Violência no trânsito;
	- Análise;	**1.** Revitalização / Substituição da Iluminação
		2. Verificação de alvarás de funcionamento e condições sanitárias dos comércios
		3. Educação, melhoria da sinalização e fiscalização no trânsito
	- Definição da estratégia;	**1.** Atuação da SEINFRA e COMURG
		2. Atuação da Fiscalização Urbana
		3. Atuação da SMT
2. EXECUÇÃO	- Repressão Qualificada;	**1.** Não tem
		2. Fiscalização sanitária e de alvarás
		3. Fiscalização no transito
	- Intervenção Ambiental;	**1.** Substituição de lâmpadas / poda de árvores
		2. Proibição de utilização de espaço público
		3. Revitalização da sinalização
	- Prevenção Primária;	**1.** Não tem
		2. Proibição de venda de bebidas a menores / Palestras sobre os riscos do uso do álcool
		3. Palestras de educação no trânsito em escolas
3. AVALIAÇÃO	- Monitoramento;	Trimestral
	- Avaliação;	Semestral
	- Consolidação	Anual

Fonte: Autor.

A aplicação das ideias de Segurança Cidadã e de ferramentas de gestão presume um processo contínuo de busca de melhorias, não se restringindo a apenas um ciclo de planejamento, execução e avaliação, pois com o entendimento da complexidade dos problemas de violência e conflitos urbanos, a possibilidade de identificar causas que geram problemas de segurança, permitindo priorizar as mais importantes e encontrar soluções adequadas para eliminá-los em sua origem, sempre objetivando alcançar uma melhor sensação de segurança e qualidade de vida da comunidade.

Por fim, a partir dos exemplos de problemas supracitados que contribuem para a sensação de insegurança da comunidade no âmbito local, podemos delinear a transição das visões de segurança (Quadro 28) permitindo a visualização da atuação dos órgãos responsáveis, demonstrando assim que as políticas públicas de Segurança Cidadã atingem os resultados em acordo com as necessidades locais da comunidade.

Quadro 28. Comparativo de perspectivas das Visões de Segurança

Visões de Segurança	**Perspectivas dos problemas**		
	Iluminação	**Tráfico**	**Trânsito**
Segurança Nacional	Indiferente	Repressão nas fronteiras	Indiferente
Segurança Pública	Indiferente	Repressão policial	Repressão policial
Segurança Cidadã	Ações municipais como substituição de lâmpadas e poda de árvores para melhoria da iluminação pública.	Fiscalização municipal sanitária e de alvarás de funcionamento em locais que sejam fatores de risco pela presença de drogas.	Ações municipais para revitalização da sinalização, fiscalização no trânsito e palestras de orientação nas escolas.

Fonte: Autor.

Então, evidenciamos que a perspectiva de Segurança Cidadã, voltada para a atenção aos problemas da comunidade no âmbito local, pode apoiar e ampliar as demandas por políticas públicas que sejam eficientes no enfrentamento à violência, tanto em suas consequências como em suas prováveis causas, melhorando assim a sensação de segurança e neutralizando fatores de risco por meio da prevenção à ocorrência de crimes.

CONCLUSÕES

No Brasil, a preocupação com a segurança urbana sempre permeou as discussões da comunidade, e com o recrudescimento da violência nas cidades, este clamor ainda é respondido pelos governos por meio de políticas públicas estatais de natureza repressiva e jurídica que recebem incentivos e atenção prioritária, apesar dos resultados modestos.

E as soluções propostas por nossos governantes e políticos, não levam em consideração o histórico da segurança de nosso país nesta área, tal como não visualizam a necessidade de implementação de medidas que respeitem a ordem constitucional democrática vigente para estabelecer de fato uma Segurança Cidadã.

Para que se faça uma transição efetiva do paradigma da Segurança Pública, focada na atividade policial, para a Segurança Cidadã, materializada no compartilhamento de responsabilidades em nível local, há que se conscientizar e envolver os gestores das cidades, técnicos e legisladores municipais.

Tal envolvimento é de fundamental importância para viabilizar e facilitar a integração de políticas públicas de segurança que levam em consideração modernas concepções de fatores de risco socioeconômicos e estruturais, de participação social por meio de uma Governança Democrática e do viés preventivo realizado por meios de ações transversais no âmbito local.

Isso porque as políticas de Segurança Cidadã focalizam-se no enfrentamento a partir do ente municipal, no âmbito do bairro e dos espaços públicos, e ainda, possuem natureza democrática não apenas por serem conduzidas por governos eleitos, mas também por buscarem a transparência, a legalidade, o respeito aos direitos humanos e com vistas a atender as expectativas da comunidade local.

E o fato de serem políticas democráticas, aumenta a possibilidade de sucesso na redução do crime e no aumento da sensação de segurança, por meio da aproximação e participação dos cidadãos.

O sentimento de insegurança é uma constatação apontada nos jornais, na televisão e em nossa experiência diária, então, fizemos questão de realizar a análise da sensação de segurança a partir dos serviços prestados pelo município de Goiânia, no

intuito de fazer uma relação entre formas de enfrentamento com envolvimento dos diversos representantes do poder público e dos bairros.

Assim, por meio da análise de pesquisa de sensação de segurança realizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas Mercadológicas - CEPEM / UNIALFA, se percebeu que os problemas que envolvem a questão da segurança exigem ações transversais, ou seja, ações de diversos setores que vão além daqueles responsáveis apenas pela Segurança Pública, através do protagonismo do poder local por intermédio do GGIM.

Foi exposta a diversidade e interdependência das causas que geram insegurança, de maneira a clarificar a extrema complexidade do problema da segurança urbana, que não pode ser enfrentado e nem mesmo resolvido por ações isoladas, como tem foi conduzido pelas políticas de segurança que antecederam a Segurança Cidadã, pois foram verificados elementos que apontam desigualdade econômica, desigualdade de acesso a espaços e bairros com estrutura de iluminação pública, de sinalização, descredito as metodologias de ação dos responsáveis pela Segurança, quando exposto que muitos não fazem uso da possibilidade de fazer os boletins de ocorrência, dentre outros fatores.

Ainda, quando utilizamos a expressão “enfrentamento”, consignamos a ideia de que, diante da multiplicidade das causas já apresentadas, não excluímos a necessidade de atividades repressivas em determinadas situações, mas que junto a estas medidas existe um vácuo de posicionamento e inércia por parte dos gestores municipais, que ficam totalmente alheios às intervenções que poderiam prevenir a prática de crimes.

Um grande exemplo dessa questão são os espaços públicos das cidades, que em sua grade maioria são escassos, despreparados e não equipados, tendo por consequência a perda de sua função de promover convivência e cidadania entre as pessoas a partir do momento que seu uso tornou-se inseguro e perigoso.

Por fim, se fez um exercício para identificar as possibilidades das ideias de Segurança Cidadã para serem inseridas em diferentes setores e níveis do poder, buscando reduzir ao máximo os fatores de risco para incidência de crimes, com a finalidade de mitigar a sensação de insegurança que é um dos maiores flagelos de nossa sociedade.

BIBLIOGRAFIA

ABAD, M. Crítica política das políticas públicas de juventude. In: FREITAS, M.; PAPA, F. (Orgs). **Políticas públicas-juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.5-6, p.25-36, 1997

ABRAMOVAY, M., CASTRO, M. G. **Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências**. São Paulo, Cadernos de Pesquisa, jul, n.116, pp.143-176, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.

AMORIM, J. S. **Sistema nacional de Segurança Pública**: livro didático. 147 p. Palhoça. Unisul Virtual, 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOCK, A.M B. **A perspectiva sócio histórica de Leontiev e a critica a naturalização da formação do ser humano**. A adolescência em questão. *Cadernos CEDES* (online), vol. 24, n. 62, p.26-43, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas**. In: Investigação qualitativa em educação. Portugal: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A "juventude" é apenas uma palavra**. In: Bourdieu, P. *Questões de sociologia.* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1988.

CALDEIRA, T. P do R. ***Cidade de muros****:* crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CASTRO, M, ABRAMOVAY, M. **Por um novo paradigma do Fazer Políticas de/ para/com juventudes**. Revista Brasileira de Estudos de População, v 19, n 2, jul/dez, p. 19-46, 2002. Disponível em *rebep.org.br/index.php/revista/article/viewFile/311/pdf*

CAVALCANTE NETO, Miguel Libório. **Programas, projetos e parcerias em segurança pública:** livro didático. Palhoça: Unisul Virtual, 2009.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Do patrulhamento ao Policiamento Comunitário**. São Paulo: Freitas Bastos, 1999 (Coleção Polícia Amanhã).

CHESNAIS, J. C. **A violência no Brasil: causas e recomendações políticas para sua prevenção**. Ciência e saúde coletiva, Pg. 53 – 69, 1996.

DAYRELL, J. **O jovem como sujeito social**. Revista Brasileira de Educação. n. 24, pp. 40-52, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. 2. ed., São Paulo: Moderna, 2004.

DIAS NETO, Theodomiro. 2005. **Segurança Urbana: O modelo da nova prevenção**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

DIAS NETO, Theodomiro. **Policiamento Comunitário e controle sobre a polícia: a experiência norte americana**. São Paulo: IBCCRIM, 2000.

DIÓGENES, G. **Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas: estratégias e táticas**. In: FILHO, M.; NOBRE, T. (Org.) Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa. Salvador - São Cristóvão: EDUFBA / EDUFS, 2009.

DRYFOS, J. G. (1990). **Adolescentes at risk: Prevalence and Prevention.** New York: Oxford University Press.

FERNANDEZ, F. N; GODOI, C.N; TEIXEIRA, R. A. G. (Orgs.). **Prioridades Socioambientais e políticas públicas em Goiânia**, GO. São Paulo, Opção Editora, 2013.

GAMBOA, Mônica Resende. **Criminologia**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

GUIMARÃES, L. **Segurança cidadã, organização e estratégias de ação política das ong's de direitos humanos**. *Observatórios de políticas públicas de derechos humanos en el Mercosul*. Disponível em: <http://www.observatoriomercosur.org.uy/libro/seguranca_cidada_organizacao_e_estrategias_de_acao_politica_das_ong_de_direitos_humanos_10.php>. Acesso em: 07 set. 2015.

HÖFLING, E. de M. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro, p. 30-41, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.

JORGE-BIROL, A. P. ***Políticas públicas de prevenção da violência e a prevenção vitimaria***. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1802>. Acesso em: 07 set. 2015.

JUNIOR, O. A. S; RIBEIRO, L. C. Q; AZEVEDO S. (Orgs.). **Governança Democrática e poder local**: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004.

KAFROUNI, R. **A dimensão subjetiva da vivência de jovens em um programa social: contribuições à análise de políticas públicas para a juventude**. Tese de Doutorado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. São Paulo, SP, 2009.

KAHN, Túlio. 2005. **Indicadores em Prevenção Municipal de criminalidade**. Em Sento-Sé, 2005.

KUENZER, A Z. **Exclusão includente e inclusão excludente; a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho**. In: SAVIANI, D. LOMBARDI, J C, SANFELICE, J. L. (Orgs). Capitalismo, trabalho e Educação, Campinas, Ed. Associados, 2005.

MARTIN, G.; CEBALLOS, M. **Bogotá: anatomia de uma transformação – políticas de Segurança cidadã** (1995-2003). Bogotá: Pontifícia Universidade Javeriana, 2004.

NYGAARD, Paul Dieter. **Espaço da cidade; segurança urbana e participação popular**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2010.

OLIVEIRA, C. S. de**. Sobrevivendo no inferno. A violência juvenil contemporânea.** Porto Alegre: Sulina, 2001.
PAIS, J. M.. **A construção sociológica da juventude - alguns contributos**. Análise Social, *vol*. XXV (105-106), (1.°, 2.°), pp. 139-165, 1990. Disponível em: www.ics.ul.pt/.../JoseMachadoPais-Publicações.

OLIVEIRA, A. S. S. et al. **Das políticas de segurança pública às políticas públicas de segurança**. São Paulo: Ilanud, 2002.

PACHECO, G. C. **Gestão na qualidade do serviço publico**: livro didático. 160 p. Palhoça: Unisul Virtual, 2009.

PIMENTA, C. A. M. **Juventude, violência e políticas públicas**. *Revista espaço acadêmico, nº 75, ano VII*. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/075/75pimenta.htm>. Acesso em: 07 set. 2015.

PINHEIRO, P. S. **Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias**. Tempo Social, v.9, n.1, p. 43-52, 1997.

PNUD. **Rumo a uma política integral de convivência e segurança cidadã na América Latina**: marco conceitual de interpretação-ação Brasília, 2005. Mimeografado.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal do que se trata**? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RUA, M das G. **As políticas públicas e a juventude dos anos 90**. In: CNPD. Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas. Brasília, 1998.

SALLES, L M F. **Uma reflexão a respeito de jovens, escola e violência**. Tese de Livre Docência, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho". Rio Claro- SP, 2009.

_____. Segurança municipal: sugestões para uma agenda mínima. In: SENTO-SÉ, J. (Org.). **Prevenção da violência**: o papel das cidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.3, 2005, p.15-44.

SENGE, PETER. **A quinta disciplina**. São Paulo: Best Seller, 1990.

SIMEONE, Marcio. **Mobilização e organização comunitária**: livro didático. Palhoça: Unisul Virtual, 2009.

SILVEIRA, Felipe Lazzari da. **A cultura do medo e sua contribuição para a proliferação da criminalidade**. 2º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade. Santa Maria / RS UFSM – Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

SOUZA, C. Políticas Públicas: **Questões Temáticas e de Pesquisa.** *Caderno CRH*. Salvador, vol. 39, p. 11-24, 2003. Disponível em: www.cadernocrh.ufba.br

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. *Sociologias [online*]. 2006, n.16, pp. 20-45. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo

SPOSITO, M. P. **Estudos sobre juventude e educação**. *Revista Brasileira de Educação.* São Paulo, n. 5/6, mai/dez, p. 37-52, 1997.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R.. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. *Revista Brasileira de Educação.* n. 24,dez 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo

SPOSITO, M. P., SILVA, H. H. de C; SOUZA, N. A. de. **Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas**. Revista Brasileira de Educação, 2006, 11(32), pp.238-257) Disponível em <http://www.scielo.br/scielo

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEIROUX, Bonnie. **Policiamento Comunitário: como começar.** Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1995.

ZALUAR, A. **Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.12, n.35, 1997. Disponível <http://www.scielo.br/scielo.

ZALUAR, A. **Integração perversa: pobreza e trafico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. Disponível em books.google.com/books/about/

APÊNDICE A – QUESITOS DA PESQUISA

O formulário de pesquisa fora dividido em seções e quesitos tal como segue:

1. Na seção "sócio-econômica" os entrevistados responderam as seguintes questões:
Qual seu sexo?
Qual seu estado civil?
Qual seu grau de escolaridade?
Qual sua faixa etária?
Qual sua renda Familiar?
Como você se classifica em relação a Raça/Cor?
Qual o setor em que você reside (mora)?
Qual o tipo de edificação?
Quantas pessoas residem (moram) com você?
Quanto tempo reside no bairro?
2.Na seção "preocupação" os entrevistados responderam as seguintes questões:
Já deixou de sair de casa por medo da violência?
Você já foi vítima de algum crime?
Se 'SIM', defina:
Se a resposta da questão 13 for "sim": Você registrou Boletim de Ocorrência (B.O)?
Se 'Não registrei', Por quê?
Qual seu grau de preocupação em ser vítima de algum tipo de crime?
Se 'Altíssimo ou alto', defina, por quê?
Em qual período do dia você sente maior receio de ser vítima de algum tipo de crime?
Existe ponto de vendas de drogas no seu bairro?
Existe consumo de drogas em seu bairro?
Se 'SIM', defina. Qual tipo de droga?
Qual o principal problema para o aumento da violência em seu bairro?
3.Na seção "infraestrutura" os entrevistados responderam as seguintes questões:
O meu bairro é bem iluminado.
O meu bairro é bem sinalizado.
Existe redutor de velocidade nas ruas do meu bairro.
Meu bairro é dotado de várias faixas de pedestres.

As praças do meu bairro contam com a presença constante da guarda municipal.
As escolas do meu bairro contam com segurança constante de policiamento escolar.
As áreas públicas de meu bairro são bem conservadas.
Não existem imóveis abandonados em meu bairro.
Sinto-me seguro dentro de minha residência.
Utilizo sistema eletrônico de segurança particular na minha residência por não me sentir seguro.
Meu bairro conta com espaço destinado a prática de esportes e lazer.

APÊNDICE B – RESULTADOS DA PESQUISA

Constatações da pesquisa.

A população pesquisada pelo CEPEM/ALFA (2015) apresentou as seguintes distribuições:

Seção "Socioeconômica"

- Qual seu sexo?

SEXO	Freq.	%
Masculino	283	33,4%
Feminino	564	66,6%
TOTAL CIT.	**847**	**100%**

- Qual seu estado civil?

ESTADO CIVIL	Freq.	%
Solteiro	426	50,3%
Casado	310	36,6%
Divorciado	60	7,1%
União estável	37	4,4%
Viúvo	14	1,7%
TOTAL CIT.	**847**	**100%**

- Qual seu grau de escolaridade?

ESCOLATIDADE	Freq.	%
Sem estudo	5	0,6%
Ensino fundamental	126	14,9%
Ensino médio	482	56,9%
Graduação incompleto	132	15,6%
Graduação completa	83	9,8%
Pós graduação	19	2,2%
TOTAL CIT.	**847**	**100%**

- Qual sua faixa etária?

FFAIXA ETÁRIA	Freq.	%
De 16 a 20 anos	162	19,1%
De 21 a 25 anos	183	21,6%
De 26 a 30 anos	128	15,1%
De 31 a 35 anos	123	14,5%
De 36 a 40 anos	74	8,7%
De 41 a 45 anos	57	6,7%
De 46 a 50 anos	35	4,1%
De 51 a 55 anos	33	3,9%
De 56 a 60 anos	33	3,9%
Acima de 61 anos	19	2,2%
TOTAL CIT.	**847**	**100%**

- Qual sua renda Familiar?

RENDA	Freq.	%
Até R$ 788,00 (1SM)	125	14,8%
De R$ 788,00 a R$ 1.576,00 (2SM)	247	29,2%
De R$ 1.576,00 a R$ 2.364,00 (3SM)	181	21,4%
De R$ 2.364,00 a R$ 3.152,00 (4SM)	102	12,0%
De R$ 3.152,00 a R$ 3.940,00 (5SM)	68	8,0%
De R$ 3.940,00 a R$ 4.728,00 (6SM)	36	4,3%
De R$ 4.728,00 a R$ 5.516,00 (7SM)	24	2,8%
De R$ 5.516,00 a R$ 6.304,00 (8SM)	21	2,5%
De R$ 6.304,00 a R$ 7.092,00 (9SM)	19	2,2%
de 7.092,00 a 7.880,00 (10SM)	6	0,7%
Acima de 7.880,00.	18	2,1%
TOTAL CIT.	**847**	**100%**

- Como você se classifica em relação a Raça/Cor?

RAÇA/COR	Freq.	%
Branca	310	36,6%
Negra	179	21,1%
Pardo	322	38,0%
Indígena	10	1,2%
Outros	26	3,1%
TOTAL CIT.	**847**	**100%**

- A sua Residência é:

RESIDÊNCIA	Freq.	%
Própria	469	55,4%
Alugada	297	35,1%
Emprestada	26	3,1%
Financiada	43	5,1%
Outros	12	1,4%
TOTAL CIT.	**847**	**100%**

- Qual o tipo de edificação?

TIPO DE EDIFICAÇÃO	Freq.	%
Casa (Rua)	681	80,4%
Apartamento	129	15,2%
Casa/Comércio	22	2,6%
Comércio	8	0,9%
Condomínio Fechado	7	0,8%
TOTAL CIT.	**847**	**100%**

- Quantas pessoas residem (moram) com você?

QUANTIDADE DE PESSOAS NA RESIDÊNCIA	Freq.	%
Uma	80	9,5%
Duas	194	22,9%
Três	260	30,7%
Quatro	183	21,6%
Cinco	72	8,5%
Seis	28	3,3%
Sete	12	1,4%
Oito	4	0,5%
Nove	3	0,4%
Dez	2	0,2%
Mais de onze	3	0,4%
Nenhuma	6	0,7%
TOTAL CIT.	**847**	**100%**

3.2 Seção "Preocupação"

- Quanto tempo reside no bairro?

TEMPO DE RESIDÊNCIA NO BAIRRO	Freq.	%
Até 1 ano	120	14,2%
Dois anos	92	10,9%
Três anos	73	8,6%
Quatro anos	67	7,9%
Cinco anos	40	4,7%
Seis anos	38	4,5%
Sete anos	37	4,4%
Oito anos	27	3,2%
Nove anos	19	2,2%
Dez anos	47	5,6%
Acima de onze anos	287	33,9%
TOTAL CIT.	**847**	**100%**

- Já deixou de sair de casa por medo da violência?

SE DEIXOU DE SAIR DE CASA-MEDO VIOLÊNCIA	Freq.	%
Sim	502	59,3%
Não	345	40,7%
TOTAL CIT.	**847**	**100%**

- Você já foi vítima de algum crime?

SE JÁ FOI VÍTIMA DE ALGUM CRIME	Freq.	%
Sim	391	46,2%
Não	456	53,8%
TOTAL CIT.	**847**	**100%**

- Se 'SIM', defina:

SE JÁ FOI VÍTIMA DE ALGUM CRIME_QUAL	Freq.	%
ROUBO	346	87,4%
ROUBO A RESIDENCIA / COMÉRCIO	29	7,3%
FURTO	10	2,5%
TENTATIVA DE ROUBO	8	2,0%
ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	3	0,8%
TOTAL CIT.	**396**	**100%**

- Se a resposta da questão for "sim": Você registrou Boletim de Ocorrência (B.O)?

Se REGISTROU B_O	Freq.	%
Registrei	213	54,5%
Não registrei	178	45,5%
TOTAL CIT.	**391**	**100%**

- Se 'Não registrei', Por quê?

SE NÃO REGISTROU B_O_POR QUE	Freq.	%
NÃO ACREDITEI QUE RESOLVERIA	87	49,4%
NÃO ACHEI NECESSÁRIO	28	15,9%
NÃO ACREDITO NA POLICIA	15	8,5%
FIQUEI COM MEDO DOS CRIMINOSC	12	6,8%
PORQUE DEMORA	11	6,3%
FALTA DE TEMPO	11	6,3%
MUITA BUROCRACIA	7	4,0%
PORQUE ERA TARDE DA NOITE	2	1,1%
POLÍCIA EM GREVE	2	1,1%
VALOR PEQUENO	1	0,6%
TOTAL CIT.	**176**	**100%**

- Qual seu grau de preocupação em ser vítima de algum tipo de crime?

GRAU DE PREOCUPAÇÃO EM SR VÍTIMA	Freq.	%
Baixo	59	7,0%
Médio	246	29,0%
Alto	316	37,3%
Altíssimo	226	26,7%
TOTAL CIT.	**847**	**100%**

- Se 'Altíssimo ou alto', defina, por quê?

GRAU DE PREOCUPAÇÃO EM SER VÍTIMA	Freq.	%
TENHO MEDO DE SER ROUBADO/SOFRER VIOLÊNCIA/MOR	123	26,0%
FALTA SEGURANÇA	74	15,6%
JA FUI VÍTIMA	63	13,3%
A VIOLÊNCIA TEM AUMENTADO	42	8,9%
VEJO NOS NOTICIÁRIOS MUITA VIOLÊNCIA	29	6,1%
CRIMINALIDADE CRESCENTE	22	4,7%
MEU BAIRRO É MUITO PERIGOSO	21	4,4%
NÃO TEM POLICIAMENTO	20	4,2%
FALTA PUNIÇÃO	19	4,0%
TEMO PELA MINHA FAMILIA	12	2,5%
CONHEÇO PESSOAS QUE FORAM VÍTIMAS	11	2,3%
AS LEIS NÃO PROTEGEM CIDADÃOS DE BEM	9	1,9%
POR CAUSA DAS DROGAS/BOCA DE FUMO	7	1,5%
ESTAMOS EXPOSTOS À VIOLÊNCIA	6	1,3%
O BRASIL ESTÁ CADA VEZ PIOR	4	0,9%
PORQUE ANDO SOZINHO	4	0,9%
NÃO SE PODE CONFIAR NO PRÓXIMO	3	0,6%
POR CAUSA DO HORÁRIO QUE CHEGO EM CASA	2	0,4%
NÃO TEMOS PAZ	1	0,2%
NÃO É COMUM TER POLICIAMENTO NO BAIRRO	1	0,2%
TOTAL CIT.	**473**	**100%**

- Em qual período do dia você sente maior receio de ser vítima de algum tipo de crime?

PERIODO DO DIA - RECEIO DE SER VÍTIMA	Freq.	%
Período da manhã	61	7,2%
Período da tarde	22	2,6%
Período Noturno	352	41,6%
Em todos os períodos	412	48,6%
TOTAL CIT.	**847**	**100%**

- Existe ponto de vendas de drogas no seu Bairro-Região?

EXISTENCIA DE VENDAS DROGA	Freq.	%
Sim	580	71,0%
Não	237	29,0%
TOTAL CIT.	**817**	**100%**

- Existe consumo de drogas em seu Bairro-Região?

EXISTÊNCIA DE CONSUMO DE DROGAS	Freq.	%
Sim	699	84,2%
Não	131	15,8%
TOTAL CIT.	**830**	**100%**

- Se 'SIM', defina. Qual tipo de droga?

EXISTÊNCIA DE VENDAS E CONSUMO DE DROGA	Freq.	%
Maconha	528	38,2%
Crac	431	31,2%
Cocaina	292	21,1%
Merla	70	5,1%
Outros	31	2,2%
Bala	14	1,0%
Papel	14	1,0%
Oxi	1	0,1%
TOTAL CIT.	**1381**	**100%**

- Qual o principal problema para o aumento da violência em seu bairro?

PRINCIPAL PROBLEMA AUMENTO DA VIOLÊNCIA	Freq.	%
Drogas	510	35,2%
Impunidade	342	23,6%
Educação	160	11,0%
Desemprego	143	9,9%
Alcoolismo	130	9,0%
Outros	73	5,0%
Classe social	55	3,8%
Falta de dinheiro	36	2,5%
TOTAL CIT.	**1449**	**100%**

- Se 'Outros', defina:

PRINCIPAL PROBLEMA AUMENTO DA VIOLÊNCIA1	Freq.	%
FALTA DE CARÁTER	14	23,0%
GOVERNO	14	23,0%
FALTA DE SEGURANÇA	13	21,3%
ESTRUTURA FAMILIAR	9	14,8%
FALTA POLICIAMENTO	8	13,1%
PRESENÇA DE SEM TETOS	2	3,3%
LOTES BALDIOS	1	1,6%
TOTAL CIT.	**61**	**100%**

3.3 Seção "Infraestrutura"

- O meu bairro é bem iluminado.

BAIRRO É BEM ILUMINADO	Freq.	%
Concordo totalmente	234	28,0%
Concordo parcialmente	309	37,0%
Discordo parcialmente	152	18,2%
Discordo totalmente	140	16,8%
TOTAL CIT.	**835**	**100%**

- O meu bairro é bem sinalizado.

BAIRRO BEM SINALIZADO	Freq.	%
Concordo totalmente	201	24,0%
Concordo parcialmente	279	33,3%
Discordo parcialmente	165	19,7%
Discordo totalmente	194	23,1%
TOTAL CIT.	**839**	**100%**

- Existe redutor de velocidade nas ruas do meu bairro.

EXISTENCIA DE REDUTOR DE VELOCIDADE	Freq.	%
Concordo totalmente	143	17,1%
Concordo parcialmente	213	25,5%
Discordo parcialmente	143	17,1%
Discordo totalmente	337	40,3%
TOTAL CIT.	**836**	**100%**

- Meu bairro é dotado de várias faixas de pedestres.

FAIXA DE PEDESTRES	Freq.	%
Concordo totalmente	170	20,3%
Concordo parcialmente	218	26,0%
Discordo parcialmente	139	16,6%
Discordo totalmente	311	37,1%
TOTAL CIT.	**838**	**100%**

- As praças do meu bairro contam com a presença constante da guarda municipal.

PRAÇAS - PRESENÇA GUARDA MUNICIPAL	Freq.	%
Concordo totalmente	65	7,8%
Concordo parcialmente	127	15,3%
Discordo parcialmente	138	16,6%
Discordo totalmente	503	60,4%
TOTAL CIT.	**833**	**100%**

- As escolas do meu bairro contam com segurança constante de policiamento escolar.

ESCOLAS-SEGURANÇA CONST_POLICIA ESCOLAR	Freq.	%
Concordo totalmente	100	12,1%
Concordo parcialmente	183	22,1%
Discordo parcialmente	200	24,1%
Discordo totalmente	346	41,7%
TOTAL CIT.	**829**	**100%**

- As áreas públicas de meu bairro são bem conservadas.

ÁREAS PUBL.DO MEU BAIRRO SÃO CONSERVADAS	Freq.	%
Concordo totalmente	132	15,8%
Concordo parcialmente	254	30,4%
Discordo parcialmente	163	19,5%
Discordo totalmente	288	34,4%
TOTAL CIT.	**837**	**100%**

- Não existem imóveis abandonados em meu bairro.

NÃO EXISTEM IMÓVEIS ABANDONADO	Freq.	%
Concordo totalmente	140	16,7%
Concordo parcialmente	178	21,2%
Discordo parcialmente	155	18,4%
Discordo totalmente	368	43,8%
TOTAL CIT.	**841**	**100%**

- Sinto-me seguro dentro de minha residência.

SINTO-ME SEGURO DENTRO DE MINHA RESID	Freq.	%
Concordo totalmente	258	31,1%
Concordo parcialmente	269	32,4%
Discordo parcialmente	119	14,3%
Discordo totalmente	185	22,3%
TOTAL CIT.	**831**	**100%**

- Utilizo sistema eletrônico de segurança particular na minha residência por não me sentir seguro.

UTILIZAÇÃO SISTEMA SEGURANÇA PARTICULAR	Freq.	%
Concordo totalmente	277	34,1%
Concordo parcialmente	160	19,7%
Discordo parcialmente	56	6,9%
Discordo totalmente	319	39,3%
TOTAL CIT.	**812**	**100%**

- Meu bairro conta com espaço destinado a prática de esportes e lazer.

ESPAÇOS DESTINADO A PRÁTICA DE ESP/LAZ	Freq.	%
Concordo totalmente	195	24,0%
Concordo parcialmente	259	31,9%
Discordo parcialmente	147	18,1%
Discordo totalmente	211	26,0%
TOTAL CIT.	**812**	**100%**

3.4 Tabelas Cruzadas

- Cruzamento entre "Se deixou de sair de casa com medo da violência versus Região que reside".

SE DEIXOU DE SAIR DE CASA-MEDO VIOLÊNCIA REGIÃO EM QUE RESIDE	Sim	Não	TOTAL
Noroeste	10,7% (90)	8,0% (67)	**18,7% (157)**
Central	10,8% (91)	5,5% (46)	**16,3% (137)**
Entorno de Goiânia	8,7% (73)	6,1% (51)	**14,7% (124)**
Sul	6,0% (50)	7,7% (65)	**13,7% (115)**
Norte	6,1% (51)	4,8% (40)	**10,8% (91)**
Oeste	7,6% (64)	3,1% (26)	**10,7% (90)**
Leste	5,4% (45)	3,2% (27)	**8,6% (72)**
Sudoeste	4,3% (36)	2,3% (19)	**6,5% (55)**
TOTAL	**59,5% (500)**	**40,6% (341)**	**100% (841)**

- Cruzamento entre Se já foi vítima de algum crime versus Região que reside.

SE JÁ FOI VÍTIMA DE ALGUM CRIME REGIÃO EM QUE RESIDE	Sim	Não	TOTAL
Noroeste	9,4% (79)	9,3% (78)	**18,7% (157)**
Central	7,5% (63)	8,8% (74)	**16,3% (137)**
Entorno de Goiânia	6,5% (55)	8,2% (69)	**14,7% (124)**
Sul	4,6% (39)	9,0% (76)	**13,7% (115)**
Norte	4,5% (38)	6,3% (53)	**10,8% (91)**
Oeste	5,4% (45)	5,4% (45)	**10,7% (90)**
Leste	4,4% (37)	4,2% (35)	**8,6% (72)**
Sudoeste	3,8% (32)	2,7% (23)	**6,5% (55)**
TOTAL	**46,1% (388)**	**53,9% (453)**	**100% (841)**

- Cruzamento entre Se já foi vítima de algum crime versus Região que reside.

SE JÁ FOI VÍTIMA DE ALGUM CRIME_QUAL REGIÃO EM QUE RESIDE	ROUBO	FURTO	RESIDENCIA/CI	NTATIVADEROU	DOVIOLENTOA	TOTAL
Noroeste	17,6% (69)	1,0% (4)	1,3% (5)	0,5% (2)	0,3% (1)	**20,6% (81)**
Central	14,5% (57)	0,5% (2)	0,8% (3)	0,0% (0)	0,0% (0)	**15,8% (62)**
Entorno de Goiânia	12,5% (49)	0,5% (2)	1,5% (6)	0,0% (0)	0,0% (0)	**14,5% (57)**
Oeste	9,4% (37)	0,3% (1)	1,0% (4)	0,8% (3)	0,3% (1)	**11,7% (46)**
Sul	9,2% (36)	0,3% (1)	0,3% (1)	0,3% (1)	0,0% (0)	**9,9% (39)**
Leste	8,4% (33)	0,0% (0)	0,8% (3)	0,3% (1)	0,3% (1)	**9,7% (38)**
Norte	8,7% (34)	0,0% (0)	0,8% (3)	0,3% (1)	0,0% (0)	**9,7% (38)**
Sudoeste	7,1% (28)	0,0% (0)	1,0% (4)	0,0% (0)	0,0% (0)	**8,1% (32)**
TOTAL	**87,3% (343)**	**2,5% (10)**	**7,4% (29)**	**2,0% (8)**	**0,8% (3)**	**100% (393)**

- Cruzamento entre Resposta “Sim” se registrou B.O versus Região que reside.

Se REGISTROU B_O REGIÃO EM QUE RESIDE	Registrei	Nãoregistrei	TOTAL
Noroeste	8,8% (34)	11,6% (45)	**20,4% (79)**
Central	10,6% (41)	5,7% (22)	**16,2% (63)**
Entorno de Goiânia	8,0% (31)	6,2% (24)	**14,2% (55)**
Oeste	6,4% (25)	5,2% (20)	**11,6% (45)**
Sul	6,2% (24)	3,9% (15)	**10,1% (39)**
Norte	5,7% (22)	4,1% (16)	**9,8% (38)**
Leste	4,1% (16)	5,4% (21)	**9,5% (37)**
Sudoeste	4,9% (19)	3,4% (13)	**8,3% (32)**
TOTAL	**54,6% (212)**	**45,4% (176)**	**100% (388)**

- Cruzamento entre Resposta “Não” se não registrou B.O, por que versus Região que reside.

REGIÃO EM QUE RESIDE SE NÃO REGISTROU B_O_POR QUE	Central	Sul	Noroeste	Leste	Norte	Oeste	Sudoeste	EntornodeGoiânia	TOTAL
NÃO ACREDITEI QUE RESOLVERIA	7,5%(13)	4,6%(8)	13,2%(23)	6,9%(12)	4,0%(7)	4,6%(8)	4,0%(7)	5,2%(9)	**50,0%(87)**
NÃO ACHEI NECESSÁRIO	1,7%(3)	0,6%(1)	2,9%(5)	3,5%(6)	2,3%(4)	3,5%(6)	0,0%(0)	1,7%(3)	**16,1%(28)**
NÃO ACREDITO NA POLICIA	0,6%(1)	0,6%(1)	3,5%(6)	0,0%(0)	0,6%(1)	1,2%(2)	0,0%(0)	2,3%(4)	**8,6%(15)**
FIQUEI COM MEDO DOS CRIMINOSOS	0,6%(1)	0,6%(1)	2,3%(4)	0,6%(1)	1,7%(3)	0,0%(0)	0,6%(1)	0,6%(1)	**6,9%(12)**
POR QUE DEMORA	1,2%(2)	1,2%(2)	1,2%(2)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,6%(1)	1,7%(3)	**5,8%(10)**
FALTA DE TEMPO	0,6%(1)	0,0%(0)	1,2%(2)	0,6%(1)	0,6%(1)	1,2%(2)	0,6%(1)	1,2%(2)	**5,8%(10)**
MUITA BUROCRACIA	0,0%(0)	0,6%(1)	1,2%(2)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,6%(1)	1,2%(2)	0,6%(1)	**4,0%(7)**
POR QUE ERA TARDE DA NOITE	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,6%(1)	0,6%(1)	**1,2%(2)**
POLÍCIA EM GREVE	0,6%(1)	0,6%(1)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	**1,2%(2)**
VALOR PEQUENO	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,6%(1)	0,0%(0)	0,0%(0)	**0,6%(1)**
TOTAL	**12,6%(22)**	**8,6%(15)**	**25,3%(44)**	**11,5%(20)**	**9,2%(16)**	**11,5%(20)**	**7,5%(13)**	**13,8%(24)**	**100%(174)**

- Cruzamento entre Grau de preocupação em ser vítima versus Região que reside.

GRAU DE PREOCUPAÇÃO EM SR VÍTIMA REGIÃO EM QUE RESIDE	Médio	Alto	Altíssimo	TOTAL
Noroeste	5,2% (41)	8,5% (67)	5,5% (43)	**19,2% (151)**
Central	5,9% (46)	5,6% (44)	5,2% (41)	**16,7% (131)**
Entorno de Goiânia	2,8% (22)	6,5% (51)	4,7% (37)	**14,0% (110)**
Sul	6,8% (53)	3,8% (30)	2,7% (21)	**13,3% (104)**
Oeste	2,7% (21)	4,8% (38)	3,3% (26)	**10,8% (85)**
Norte	4,1% (32)	3,8% (30)	2,6% (20)	**10,5% (82)**
Leste	2,3% (18)	3,6% (28)	2,7% (21)	**8,5% (67)**
Sudoeste	1,7% (13)	3,2% (25)	2,2% (17)	**7,0% (55)**
TOTAL	**31,3% (246)**	**39,9% (313)**	**28,8% (226)**	**100% (785)**

- Cruzamento entre Grau de preocupação em ser vítima versus Região que reside.

REGIÃO EM QUE RESIDE / GRAU DE PREOCUPAÇÃO EM SER VÍTIMA	Central	Sul	Noroeste	Leste	Norte	Oeste	Sudoeste	ntornodeGoiâni	TOTAL
TENHO MEDO DE SER ROUBADO/SOFRER VIOLÊNCIA/M	4,7%(22)	2,3%(11)	5,1%(24)	2,6%(12)	2,3%(11)	3,8%(18)	2,1%(10)	3,0%(14)	**25,9%(122)**
FALTA SEGURANÇA	2,8%(13)	1,1%(5)	2,8%(13)	1,1%(5)	1,3%(6)	2,6%(12)	2,1%(10)	1,9%(9)	**15,5%(73)**
JA FUI VÍTIMA	0,9%(4)	0,6%(3)	3,8%(18)	1,3%(6)	1,3%(6)	1,9%(9)	0,6%(3)	3,0%(14)	**13,4%(63)**
A VIOLÊNCIA TEM AUMENTADO	1,7%(8)	0,4%(2)	2,3%(11)	0,4%(2)	0,4%(2)	1,3%(6)	0,4%(2)	1,9%(9)	**8,9%(42)**
VEJO NOS NOTICIÁRIOS MUITA VIOLÊNCIA	0,2%(1)	0,4%(2)	2,1%(10)	0,4%(2)	0,6%(3)	0,6%(3)	0,2%(1)	1,5%(7)	**6,2%(29)**
CRIMINALIDADE CRESCENTE	0,0%(0)	0,4%(2)	0,9%(4)	0,9%(4)	0,2%(1)	0,4%(2)	0,6%(3)	1,3%(6)	**4,7%(22)**
MEU BAIRRO É MUITO PERIGOSO	1,3%(6)	0,4%(2)	1,3%(6)	0,2%(1)	0,2%(1)	0,4%(2)	0,2%(1)	0,4%(2)	**4,5%(21)**
NÃO TEM POLICIAMENTO	1,1%(5)	0,0%(0)	0,2%(1)	0,4%(2)	1,3%(6)	0,4%(2)	0,2%(1)	0,6%(3)	**4,3%(20)**
FALTA PUNIÇÃO	1,1%(5)	0,4%(2)	1,1%(5)	0,0%(0)	0,6%(3)	0,0%(0)	0,4%(2)	0,4%(2)	**4,0%(19)**
TEMO PELA MINHA FAMILIA	0,0%(0)	0,0%(0)	0,6%(3)	0,6%(3)	0,2%(1)	0,2%(1)	0,0%(0)	0,9%(4)	**2,6%(12)**
CONHEÇO PESSOAS QUE FORAM VÍTIMAS	0,2%(1)	0,0%(0)	1,1%(5)	0,0%(0)	0,2%(1)	0,2%(1)	0,2%(1)	0,4%(2)	**2,3%(11)**
AS LEIS NÃO PROTEGEM CIDADÃOS DE BEM	0,0%(0)	0,9%(4)	0,4%(2)	0,0%(0)	0,2%(1)	0,2%(1)	0,2%(1)	0,0%(0)	**1,9%(9)**
POR CAUSA DAS DROGAS/BOCA DE FUMO	0,4%(2)	0,0%(0)	0,4%(2)	0,2%(1)	0,0%(0)	0,2%(1)	0,2%(1)	0,0%(0)	**1,5%(7)**
ESTAMOS EXPOSTOS À VIOLÊNCIA	0,2%(1)	0,0%(0)	0,2%(1)	0,2%(1)	0,0%(0)	0,2%(1)	0,0%(0)	0,4%(2)	**1,3%(6)**
O BRASIL ESTÁ CADA VEZ PIOR	0,4%(2)	0,2%(1)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,2%(1)	**0,9%(4)**
POR QUE ANDO SOZINHO	0,0%(0)	0,2%(1)	0,0%(0)	0,4%(2)	0,0%(0)	0,2%(1)	0,0%(0)	0,0%(0)	**0,9%(4)**
NÃO SE PODE CONFIAR NO PRÓXIMO	0,2%(1)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,2%(1)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,2%(1)	**0,6%(3)**
POR CAUSA DO HORÁRIO QUE CHEGO EM CASA	0,2%(1)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,2%(1)	0,0%(0)	**0,4%(2)**
NÃO TEMOS PAZ	0,2%(1)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	**0,2%(1)**
NÃO É COMUM TER POLICIAMENTO NO BAIRRO	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,2%(1)	0,0%(0)	**0,2%(1)**
TOTAL	**15,5%(73)**	**7,4%(35)**	**22,3%(105)**	**8,9%(42)**	**8,9%(42)**	**12,7%(60)**	**8,1%(38)**	**16,1%(76)**	100%(471)

- Cruzamento entre Período do dia que tem receio de ser vítima versus Região que reside.

PERIODO DO DIA - RECEIO DE SER VÍTIMA / REGIÃO EM QUE RESIDE	Períododamanhã	Períododatarde	PeríodoNoturno	Emtodososperíodos	TOTAL
Noroeste	0,7% (6)	0,4% (3)	9,3% (78)	8,3% (70)	**18,7% (157)**
Central	1,6% (13)	0,4% (3)	6,0% (50)	8,4% (71)	**16,3% (137)**
Entorno de Goiânia	0,6% (5)	0,4% (3)	5,1% (43)	8,7% (73)	**14,7% (124)**
Sul	2,1% (18)	0,7% (6)	5,6% (47)	5,2% (44)	**13,7% (115)**
Norte	0,5% (4)	0,2% (2)	4,5% (38)	5,6% (47)	**10,8% (91)**
Oeste	1,0% (8)	0,5% (4)	4,0% (34)	5,2% (44)	**10,7% (90)**
Leste	0,1% (1)	0,1% (1)	4,4% (37)	3,9% (33)	**8,6% (72)**
Sudoeste	0,6% (5)	0,0% (0)	2,5% (21)	3,5% (29)	**6,5% (55)**
TOTAL	**7,1% (60)**	**2,6% (22)**	**41,4% (348)**	**48,9% (411)**	**100% (841)**

- Cruzamento entre Existe venda de drogas na sua região versus Região que reside.

EXISTENCIA DE VENDAS DROGA / REGIÃO EM QUE RESIDE	Sim	Não	TOTAL
Noroeste	16,5% (134)	2,6% (21)	**19,1% (155)**
Central	11,0% (89)	4,8% (39)	**15,8% (128)**
Entorno de Goiânia	11,8% (96)	2,8% (23)	**14,7% (119)**
Sul	5,5% (45)	8,3% (67)	**13,8% (112)**
Oeste	8,0% (65)	2,7% (22)	**10,7% (87)**
Norte	6,4% (52)	4,2% (34)	**10,6% (86)**
Leste	7,1% (58)	1,6% (13)	**8,7% (71)**
Sudoeste	4,6% (37)	2,1% (17)	**6,7% (54)**
TOTAL	**70,9% (576)**	**29,1% (236)**	**100% (812)**

- Cruzamento entre consumo de drogas na sua região versus Região que reside.

EXISTÊNCIA DE CONSUMO DE DROGAS REGIÃO EM QUE RESIDE	Sim	Não	TOTAL
Noroeste	17,5% (144)	1,6% (13)	**19,0% (157)**
Central	13,9% (115)	2,2% (18)	**16,1% (133)**
Entorno de Goiânia	12,6% (104)	2,1% (17)	**14,7% (121)**
Sul	9,0% (74)	4,9% (40)	**13,8% (114)**
Oeste	9,7% (80)	1,1% (9)	**10,8% (89)**
Norte	9,0% (74)	1,5% (12)	**10,4% (86)**
Leste	6,8% (56)	1,8% (15)	**8,6% (71)**
Sudoeste	5,8% (48)	0,7% (6)	**6,6% (54)**
TOTAL	**84,2% (695)**	**15,8% (130)**	**100% (825)**

- Cruzamento entre Existe venda e consumo de drogas na sua região versus Região que reside.

STÊNCIA DE VENDAS E CONSUMO DE DROGA REGIÃO EM QUE RESIDE	Cocaina	Maconha	Crac	Merla	Papel	Bala	Oxi	Outros	TOTAL
Noroeste	3,8%(52)	7,6%(104)	6,5%(89)	1,0%(14)	0,1%(1)	0,2%(3)	0,0%(0)	0,5%(7)	**19,7%(270)**
Central	3,6%(50)	6,8%(93)	5,6%(77)	0,8%(11)	0,2%(2)	0,2%(2)	0,0%(0)	0,4%(5)	**17,5%(240)**
Entorno de Goiânia	3,5%(48)	5,2%(72)	5,2%(71)	1,0%(14)	0,0%(0)	0,1%(1)	0,0%(0)	0,1%(1)	**15,1%(207)**
Oeste	2,6%(35)	4,7%(65)	3,4%(47)	0,6%(8)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,4%(5)	**11,7%(160)**
Norte	2,2%(30)	4,3%(59)	2,8%(39)	0,4%(6)	0,1%(1)	0,1%(1)	0,0%(0)	0,5%(7)	**10,4%(143)**
Sul	1,8%(24)	3,4%(47)	3,1%(43)	0,4%(5)	0,4%(6)	0,3%(4)	0,0%(0)	0,0%(0)	**9,4%(129)**
Leste	1,9%(26)	3,2%(44)	2,3%(31)	0,4%(6)	0,2%(3)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,3%(4)	**8,3%(114)**
Sudoeste	1,9%(26)	2,9%(40)	2,3%(32)	0,4%(5)	0,1%(1)	0,2%(3)	0,1%(1)	0,2%(2)	**8,0%(110)**
TOTAL	**21,2%(291)**	**38,2%(524)**	**31,3%(429)**	**5,0%(69)**	**1,0%(14)**	**1,0%(14)**	**0,1%(1)**	**2,3%(31)**	**100%(1373)**

- Cruzamento entre Principal problema no aumento da violência versus Região que reside.

INCIPAL PROBLEMA AUMENTO DA VIOLÊNCIA REGIÃO EM QUE RESIDE	Drogas	Alcoolismo	Desemprego	Impunidade	Educação	Classesocial	Faltadedinheiro	Outros	TOTAL
Noroeste	6,7%(96)	2,0%(28)	2,0%(29)	5,1%(73)	2,0%(28)	0,2%(3)	0,3%(4)	1,1%(16)	**19,3%(277)**
Central	6,3%(91)	1,8%(26)	1,7%(25)	3,8%(55)	1,3%(18)	0,3%(4)	0,4%(5)	1,0%(14)	**16,5%(238)**
Entorno de Goiânia	5,5%(79)	1,3%(18)	2,0%(28)	3,4%(49)	1,5%(21)	0,6%(9)	0,5%(7)	0,7%(10)	**15,4%(221)**
Sul	3,7%(53)	0,6%(9)	1,4%(20)	3,2%(46)	2,4%(34)	1,0%(15)	0,3%(4)	0,3%(4)	**12,9%(185)**
Oeste	4,3%(62)	1,2%(17)	0,7%(10)	2,4%(35)	1,5%(21)	0,8%(11)	0,5%(7)	0,7%(10)	**12,0%(173)**
Norte	3,8%(54)	0,7%(10)	1,3%(19)	2,0%(28)	1,0%(15)	0,3%(4)	0,3%(4)	0,4%(6)	**9,7%(140)**
Leste	3,1%(44)	0,8%(12)	0,6%(9)	1,5%(21)	0,9%(13)	0,5%(7)	0,2%(3)	0,1%(2)	**7,7%(111)**
Sudoeste	1,8%(26)	0,6%(8)	0,2%(3)	2,3%(33)	0,7%(10)	0,1%(2)	0,1%(1)	0,8%(11)	**6,5%(94)**
TOTAL	**35,1%(505)**	**8,9%(128)**	**9,9%(143)**	**23,6%(340)**	**11,1%(160)**	**3,8%(55)**	**2,4%(35)**	**5,1%(73)**	**100%(1439)**

- Cruzamento entre Resposta for “Outros” Principal problema no aumento da violência versus Região que reside.

REGIÃO EM QUE RESIDE PRINCIPAL PROBLEMA AUMENTO DA VIOLÊNCIA	Central	Sul	Noroeste	Leste	Norte	Oeste	Sudoeste	ntornodeGoiâni	TOTAL
FALTA DE CARÁTER	3,3%(2)	3,3%(2)	6,6%(4)	0,0%(0)	0,0%(0)	3,3%(2)	1,6%(1)	4,9%(3)	**23,0%(14)**
GOVERNO	3,3%(2)	1,6%(1)	6,6%(4)	1,6%(1)	0,0%(0)	0,0%(0)	9,8%(6)	0,0%(0)	**23,0%(14)**
FALTA DE SEGURANÇA	4,9%(3)	0,0%(0)	4,9%(3)	1,6%(1)	1,6%(1)	4,9%(3)	1,6%(1)	1,6%(1)	**21,3%(13)**
ESTRUTURA FAMILIAR	0,0%(0)	1,6%(1)	1,6%(1)	0,0%(0)	1,6%(1)	1,6%(1)	3,3%(2)	4,9%(3)	**14,8%(9)**
FALTA POLICIAMENTO	1,6%(1)	0,0%(0)	3,3%(2)	0,0%(0)	4,9%(3)	3,3%(2)	0,0%(0)	0,0%(0)	**13,1%(8)**
PRESENÇA DE SEM TETOS	3,3%(2)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	**3,3%(2)**
LOTES BALDIOS	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	0,0%(0)	1,6%(1)	0,0%(0)	**1,6%(1)**
TOTAL	**16,4%(10)**	**6,6%(4)**	**23,0%(14)**	**3,3%(2)**	**8,2%(5)**	**13,1%(8)**	**18,0%(11)**	**11,5%(7)**	**100%(61)**

- Cruzamento entre Seu bairro e bem iluminado versus Região que reside.

BAIRRO É BEM ILUMINADO REGIÃO EM QUE RESIDE	Concordototalmente	oncordoparcialmen	iscordoparcialmen	Discordototalmente	TOTAL
Noroeste	5,7% (47)	5,3% (44)	2,2% (18)	5,4% (45)	**18,6% (154)**
Central	4,3% (36)	6,6% (55)	3,3% (27)	2,2% (18)	**16,4% (136)**
Entorno de Goiânia	3,6% (30)	4,0% (33)	3,4% (28)	4,0% (33)	**14,9% (124)**
Sul	5,8% (48)	6,0% (50)	1,7% (14)	0,2% (2)	**13,7% (114)**
Norte	2,3% (19)	4,9% (41)	2,1% (17)	1,5% (12)	**10,7% (89)**
Oeste	2,3% (19)	4,3% (36)	3,1% (26)	0,8% (7)	**10,6% (88)**
Leste	1,8% (15)	3,5% (29)	1,5% (12)	1,7% (14)	**8,4% (70)**
Sudoeste	1,9% (16)	2,4% (20)	1,2% (10)	1,1% (9)	**6,6% (55)**
TOTAL	**27,7% (230)**	**37,1% (308)**	**18,3% (152)**	**16,9% (140)**	**100% (830)**

- Cruzamento entre Seu bairro e bem sinalizado versus Região que reside.

BAIRRO BEM SINALIZADO REGIÃO EM QUE RESIDE	Concordototalmente	oncordoparcialmen	iscordoparcialmen	Discordototalmente	TOTAL
Noroeste	4,2% (35)	4,7% (39)	3,6% (30)	6,4% (53)	**18,8% (157)**
Central	3,8% (32)	5,8% (48)	3,7% (31)	2,8% (23)	**16,1% (134)**
Entorno de Goiânia	2,9% (24)	3,5% (29)	3,4% (28)	5,2% (43)	**14,9% (124)**
Sul	6,1% (51)	6,2% (52)	0,8% (7)	0,6% (5)	**13,8% (115)**
Oeste	2,0% (17)	3,5% (29)	2,5% (21)	2,8% (23)	**10,8% (90)**
Norte	1,7% (14)	4,8% (40)	1,9% (16)	2,3% (19)	**10,7% (89)**
Leste	1,8% (15)	2,4% (20)	2,5% (21)	1,9% (16)	**8,6% (72)**
Sudoeste	1,2% (10)	2,6% (22)	1,2% (10)	1,4% (12)	**6,5% (54)**
TOTAL	**23,7% (198)**	**33,4% (279)**	**19,6% (164)**	**23,2% (194)**	**100% (835)**

- Cruzamento entre existência de redutor de velocidade versus Região que reside.

EXISTENCIA DE REDUTOR DE VELOCIDADE REGIÃO EM QUE RESIDE	Concordototalmente	oncordoparcialmen	iscordoparcialmen	Discordototalmente	TOTAL
Noroeste	2,0% (17)	4,9% (41)	2,2% (18)	9,6% (80)	**18,8% (156)**
Central	2,6% (22)	3,6% (30)	3,6% (30)	6,4% (53)	**16,2% (135)**
Entorno de Goiânia	2,0% (17)	2,5% (21)	2,3% (19)	8,1% (67)	**14,9% (124)**
Sul	5,2% (43)	5,3% (44)	1,9% (16)	1,2% (10)	**13,6% (113)**
Oeste	1,2% (10)	2,5% (21)	2,5% (21)	4,6% (38)	**10,8% (90)**
Norte	1,1% (9)	3,4% (28)	1,8% (15)	4,5% (37)	**10,7% (89)**
Leste	1,8% (15)	1,6% (13)	1,4% (12)	3,6% (30)	**8,4% (70)**
Sudoeste	1,0% (8)	1,8% (15)	1,3% (11)	2,5% (21)	**6,6% (55)**
TOTAL	**17,0% (141)**	**25,6% (213)**	**17,1% (142)**	**40,4% (336)**	**100% (832)**

Fonte: CEPEM/ALFA

- Cruzamento entre existência faixa de pedestres versus Região que reside.

FAIXA DE PEDESTRES REGIÃO EM QUE RESIDE	Concordototalmente	oncordoparcialmen	iscordoparcialmen	Discordototalmente	TOTAL
Noroeste	3,5% (29)	4,6% (38)	1,9% (16)	8,9% (74)	**18,8% (157)**
Central	3,4% (28)	4,8% (40)	3,0% (25)	5,2% (43)	**16,3% (136)**
Entorno de Goiânia	2,2% (18)	2,5% (21)	2,6% (22)	7,6% (63)	**14,9% (124)**
Sul	5,8% (48)	5,4% (45)	1,7% (14)	0,7% (6)	**13,6% (113)**
Oeste	1,3% (11)	2,5% (21)	2,5% (21)	4,3% (36)	**10,7% (89)**
Norte	1,4% (12)	2,8% (23)	2,5% (21)	3,8% (32)	**10,6% (88)**
Leste	1,7% (14)	1,7% (14)	1,1% (9)	4,2% (35)	**8,6% (72)**
Sudoeste	1,0% (8)	1,9% (16)	1,3% (11)	2,4% (20)	**6,6% (55)**
TOTAL	**20,1% (168)**	**26,1% (218)**	**16,7% (139)**	**37,1% (309)**	**100% (834)**

Fonte: CEPEM/ALFA

- Cruzamento entre presença de guardas municipais nas praças versus Região que reside.

PRAÇAS - PRESENÇA GUARDA MUNICIPAL REGIÃO EM QUE RESIDE	Concordototalmente	Concordoparcialmen	Discordoparcialmen	Discordototalmente	TOTAL
Noroeste	0,6% (5)	2,3% (19)	1,0% (8)	14,8% (123)	**18,7% (155)**
Central	1,2% (10)	2,2% (18)	3,3% (27)	9,5% (79)	**16,2% (134)**
Entorno de Goiânia	1,3% (11)	1,3% (11)	1,9% (16)	10,1% (84)	**14,7% (122)**
Sul	2,3% (19)	5,1% (42)	3,5% (29)	3,0% (25)	**13,9% (115)**
Oeste	1,1% (9)	1,7% (14)	1,7% (14)	6,4% (53)	**10,9% (90)**
Norte	0,5% (4)	0,8% (7)	2,4% (20)	6,8% (56)	**10,5% (87)**
Leste	0,6% (5)	1,0% (8)	0,8% (7)	6,2% (51)	**8,6% (71)**
Sudoeste	0,0% (0)	0,8% (7)	2,1% (17)	3,7% (31)	**6,6% (55)**
TOTAL	**7,6% (63)**	**15,2% (126)**	**16,7% (138)**	**60,6% (502)**	**100% (829)**

Fonte: CEPEM/ALFA

- Cruzamento entre se existe segurança constante nas escolas (polícia escolar) versus Região que reside.

ESCOLAS-SEGURANÇA CONST_POLICIA ESCOLAR REGIÃO EM QUE RESIDE	oncordototalment	ncordoparcialmer	scordoparcialmer	iscordototalment	TOTAL
Noroeste	3,4% (28)	4,0% (33)	2,9% (24)	8,4% (70)	**18,7% (155)**
Central	1,8% (15)	2,8% (23)	4,0% (33)	7,6% (63)	**16,2% (134)**
Entorno de Goiânia	1,9% (16)	3,0% (25)	2,4% (20)	7,1% (59)	**14,5% (120)**
Sul	1,7% (14)	4,8% (40)	4,2% (35)	2,9% (24)	**13,6% (113)**
Norte	1,0% (8)	1,2% (10)	3,0% (25)	5,6% (46)	**10,7% (89)**
Oeste	0,7% (6)	2,8% (23)	2,9% (24)	4,3% (36)	**10,7% (89)**
Leste	0,7% (6)	1,5% (12)	3,1% (26)	3,1% (26)	**8,4% (70)**
Sudoeste	0,6% (5)	2,1% (17)	1,6% (13)	2,4% (20)	**6,6% (55)**
Não resposta	0,2% (2)	0,0% (0)	0,0% (0)	0,2% (2)	**0,5% (4)**
TOTAL	**12,1% (100)**	**22,1% (183)**	**24,1% (200)**	**41,7% (346)**	**100% (829)**

Fonte: CEPEM/ALFA

- Cruzamento entre as áreas públicas do meu bairro são bem conservadas versus Região que reside.

ÁREAS PUBL.DO MEU BAIRRO SÃO CONSERVADAS REGIÃO EM QUE RESIDE	oncordototalment	ncordoparcialmer	scordoparcialmer	iscordototalmente	TOTAL
Noroeste	3,4% (28)	5,0% (42)	1,6% (13)	8,8% (73)	**18,7% (156)**
Central	1,4% (12)	4,7% (39)	5,3% (44)	4,7% (39)	**16,1% (134)**
Entorno de Goiânia	2,5% (21)	3,8% (32)	2,9% (24)	5,6% (47)	**14,9% (124)**
Sul	3,2% (27)	7,1% (59)	2,4% (20)	1,1% (9)	**13,8% (115)**
Oeste	1,7% (14)	3,0% (25)	3,2% (27)	2,9% (24)	**10,8% (90)**
Norte	1,2% (10)	3,6% (30)	1,4% (12)	4,4% (37)	**10,7% (89)**
Leste	0,6% (5)	1,7% (14)	1,6% (13)	4,7% (39)	**8,5% (71)**
Sudoeste	1,6% (13)	1,6% (13)	1,2% (10)	2,3% (19)	**6,6% (55)**
TOTAL	**15,6% (130)**	**30,5% (254)**	**19,5% (163)**	**34,4% (287)**	**100% (834)**

Fonte: CEPEM / ALFA

- Cruzamento entre não existem imóveis abandonados no meu bairro versus Região que reside.

NÃO EXISTEM IMÓVEIS ABANDONADO REGIÃO EM QUE RESIDE	Concordototalmente	oncordoparcialmen	iscordoparcialmen	Discordototalmente	TOTAL
Noroeste	3,6% (30)	2,6% (22)	2,8% (23)	9,8% (82)	**18,8% (157)**
Central	3,0% (25)	3,6% (30)	3,6% (30)	6,0% (50)	**16,1% (135)**
Entorno de Goiânia	2,2% (18)	1,6% (13)	2,8% (23)	8,4% (70)	**14,8% (124)**
Sul	1,7% (14)	5,3% (44)	2,6% (22)	4,2% (35)	**13,7% (115)**
Oeste	1,2% (10)	2,8% (23)	1,9% (16)	4,9% (41)	**10,8% (90)**
Norte	1,9% (16)	2,6% (22)	1,9% (16)	4,2% (35)	**10,6% (89)**
Leste	1,6% (13)	1,4% (12)	1,8% (15)	3,8% (32)	**8,6% (72)**
Sudoeste	1,4% (12)	1,3% (11)	1,2% (10)	2,6% (22)	**6,6% (55)**
TOTAL	**16,5% (138)**	**21,2% (177)**	**18,5% (155)**	**43,9% (367)**	**100% (837)**

Fonte: CEPEM/ALFA

- Cruzamento entre sinto-me seguro dentro de minha residência versus Região que reside.

SINTO-ME SEGURO DENTRO DE MINHA RESID REGIÃO EM QUE RESIDE	Concordototalmente	oncordoparcialmen	iscordoparcialmen	Discordototalmente	TOTAL
Noroeste	5,9% (49)	4,5% (37)	1,8% (15)	6,5% (54)	**18,8% (155)**
Central	5,0% (41)	6,2% (51)	2,3% (19)	2,9% (24)	**16,3% (135)**
Entorno de Goiânia	3,5% (29)	4,6% (38)	2,2% (18)	4,5% (37)	**14,8% (122)**
Sul	7,0% (58)	4,1% (34)	1,5% (12)	1,2% (10)	**13,8% (114)**
Norte	3,0% (25)	4,0% (33)	2,1% (17)	1,8% (15)	**10,9% (90)**
Oeste	2,4% (20)	4,0% (33)	2,1% (17)	2,2% (18)	**10,7% (88)**
Leste	2,1% (17)	2,9% (24)	1,6% (13)	1,8% (15)	**8,4% (69)**
Sudoeste	2,1% (17)	2,2% (18)	0,9% (7)	1,3% (11)	**6,4% (53)**
TOTAL	**31,0% (256)**	**32,5% (268)**	**14,3% (118)**	**22,3% (184)**	**100% (826)**

Fonte: CEPEM/ALFA

- Cruzamento entre Utilizo sistema eletrônico de segurança particular na minha residência por não me sentir seguro versus Região que reside.

UTILIZAÇÃO SISTEMA SEGURANÇA PARTICULAR REGIÃO EM QUE RESIDE	oncordototalment	ncordoparcialmer	scordoparcialmer	iscordototalmente	TOTAL
Noroeste	3,8% (31)	3,4% (27)	0,4% (3)	11,3% (91)	**18,8% (152)**
Central	6,0% (48)	3,7% (30)	1,7% (14)	5,3% (43)	**16,7% (135)**
Entorno de Goiânia	3,2% (26)	2,0% (16)	1,4% (11)	8,1% (65)	**14,6% (118)**
Sul	8,3% (67)	3,5% (28)	0,9% (7)	1,4% (11)	**14,0% (113)**
Norte	4,8% (39)	1,4% (11)	0,7% (6)	3,8% (31)	**10,8% (87)**
Oeste	3,6% (29)	2,2% (18)	0,6% (5)	4,0% (32)	**10,4% (84)**
Leste	2,1% (17)	1,9% (15)	1,0% (8)	3,1% (25)	**8,1% (65)**
Sudoeste	2,4% (19)	1,6% (13)	0,1% (1)	2,5% (20)	**6,6% (53)**
TOTAL	**34,2% (276)**	**19,6% (158)**	**6,8% (55)**	**39,4% (318)**	**100% (807)**

Fonte: CEPEM/ALFA

- Cruzamento entre existe espaço destinado no meu bairro para esporte e lazer versus Região que reside.

ESPAÇOS DESTINADO A PRÁTICA DE ESP/LAZ REGIÃO EM QUE RESIDE	oncordototalment	ncordoparcialmer	scordoparcialmen	iscordototalmente	TOTAL
Noroeste	5,8% (47)	5,2% (42)	2,1% (17)	6,0% (48)	**19,1% (154)**
Central	3,4% (27)	5,2% (42)	3,7% (30)	4,0% (32)	**16,2% (131)**
Entorno de Goiânia	3,5% (28)	3,4% (27)	2,9% (23)	5,0% (40)	**14,6% (118)**
Sul	3,5% (28)	6,7% (54)	2,9% (23)	1,0% (8)	**14,0% (113)**
Norte	2,1% (17)	4,2% (34)	2,0% (16)	2,6% (21)	**10,9% (88)**
Oeste	2,6% (21)	3,0% (24)	2,4% (19)	2,7% (22)	**10,7% (86)**
Leste	1,6% (13)	2,2% (18)	1,2% (10)	3,1% (25)	**8,2% (66)**
Sudoeste	1,5% (12)	2,1% (17)	1,1% (9)	1,6% (13)	**6,3% (51)**
TOTAL	**23,9% (193)**	**32,0% (258)**	**18,2% (147)**	**25,9% (209)**	**100% (807)**

Fonte: CEPEM/ALFA